



LIMPEZA PARA QUEM PRECISA DE LIMPEZA

REFORMA AGRÁRIA



*Maior acampamento dos Sem Terra
resiste em Getulina*
Pag. 5

DEMOCRACIA




*Professor Weffort vê o Brasil à
frente da Itália*
Pag. 12 e 13

JOVENS

*Congresso da
UBES derrota
estudantes
quercistas*
Pag. 5

PERÚ

*Fujimori gostou
da idéia e quer
continuar man-
dando*
Pag. 15



*Conservadores
conspiram para
manter CPI sob
seu controle.
Dezenas de
empreiteiras e
políticos envolvidos.
Povo vai às ruas. Não
há saída para o
Brasil sem uma
profunda
moralização
das
instituições.*
Pags.
7 a 10



A ladroagem deve ser punida

Há uma disputa no interior da CPI do Orçamento entre aqueles que desejam mantê-la em limites bem estreitos, procurando concluí-la o mais rápido possível, e os setores progressistas do Congresso, que querem que ele vá até as últimas conseqüências, ampliando, se necessário, e abrangências das investigações, e estendendo o seu prazo o quanto for necessário. Estes, em sintonia com o clamor, que já foi responsável por uma manifestação de mais de 50 mil pessoas no Rio de Janeiro, apontam o rumo que o Brasil deve seguir. Não há possibilidade de o povo recuperar sua confiança nas instituições democráticas —o Congresso em particular—, se a corrupção não for identificada e punida exemplarmente do a quem doer.

Em apoio a este sentimento nacional, o Brasil Agora dedica a maior parte desta edição a reportagens, análises e entrevistas sobre o que foi levantado até agora pela CPI do Orçamento, procurando destacar seus aspectos essenciais, quase nunca localizados pela grande imprensa.

O Editor

BRASIL AGORA

Diretor: Markus Sokol - **Editor:** José Américo Dias - **Editor de Arte:** Toni Cotrim - **Diagramação:** Pedro Lyrio - **Redação:** Antonio Martins, Flávia Aguiar, Hamilton Cardoso, Mouzar Benedito, Valter Pomar - **Secretária:** Adélia Chagas - **Sucursal Rio Grande do Sul:** Luciane Fagundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster. **Capítulos e Revisão:** Celso Cruz - **Colaboradores:** Alan Rodrigues, Alípio Freire, Aloísio Moraes, André Singer, Antonio Carlos Fon, Antonio Carlos de Queiroz, Clávis Castro, Bernardo Kucinski, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Harta, Célio, Cintia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmilson de Souza, Emir Sader, Eugênio Buccì, Fernanda Estima, Fernando Paiva, Flamarion Moura, Flávia de Sampaio Leite, Flávia Loureiro, Flávia Pacholki, Genaro Urso, Helio Silva, Ivan Sebas, Isaac Akcelrud, João Machado, José Rocha, Juan Pezzutto, Juarez Guimarães, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Luscar, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Mário Augusto Jakobskind, Maringoni, Marisa Mellani, Marisa Dias Costa, Mladalira, Milton Fogo, Nelson Rios, Nilmário Miranda, Norma Sueli O. Reis, Nora Napoli, Ohi, Patro, Patricia Comils, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilbermann, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Sathill, Rui Faicão, Sérgio Canova, Sérgio Sifer, Walter Ono, Wladimir Pomar. A opinião dos articulistas não reflete necessariamente a linha editorial do jornal.

Brasil Agora é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Gleite, 1409 - CEP 01215- São Paulo/SP - Fones: 220-7718/223-0959 - Fax: (011) 222-7761 - **Administração:** M^{te} Alice de P. Santos - **Assistente:** Ivanilda Alves - **Gerência Comercial:** Luiz Maier - **Circulação/Assinaturas:** Ana Maria Alves - **Banco de Dados:** Gilberto Genestra - **Coordenação de Vendas S.P.:** Milton Fogo - **Assinaturas:** Rio de Janeiro: Paulo Soldan (021) 242-0793. Fortaleza: José Vital (085) 252-1992. Porto Alegre: Talles da Rosa (051) 221-7733. Belém: Rui Santana, José Maria R. de Souza Filho (091) 224-8579. Belo Horizonte: Antonio Borges (Cebola) (031) 222-3735. Florianópolis: Walney Chucre (0482) 23-5907. Expedição: João A. Guevara - **Serviços Gerais:** Elislandia M. Ferreira, Fernando S. Siqueira, Luciene B. Silva, Marcelo L. C. Pontes. **Impressão:** Diário de Mogi - **Distribuição:** Dinap S/A - **Tragem desta Edição:** 35.000 exemplares foram impressos no dia ... de 1993. **Jornalista Responsável:** José Américo Dias

Nada Pessoal

Quero me manifestar sobre um parlamentar petista que, espero, em breve esteja em um partido que o melhor represente e que ele entenda minhas críticas como nada pessoal.

Há muito tem se questionado o estrelismo no PT. Fico imaginando a onde chegará os limites para casos como o do super deputado José Genoíno. Este parlamentar, pelo que podemos ver, tem muitos mais pontos divergentes do que convergentes para com o PT. Qual o motivo para a sua prolongada estada nesta legenda que ele chama de radical, intransigente, paroquial e etc?

Será a idoneidade petista? Isto só basta para que alguém queira entrar ou ficar no PT? Ainda contam os princípios ideológicos socialistas? Ou será o "generoso" espaço que a imprensa o "concede"?

É fácil dizer-se socialista, mas ser a favor de entregar a Revisão Constitucional na mão de picaretas. Penso que o artigo de Genoíno que li no Brasil Agora é um atentado contra a racionalidade, inteligência e a paciência de nossa militância.

Marcelo Ildeu de Castro
Serra, ES

Miolo Podre

Outubro deveria ser considerado o mês das bruxas. O processo de impeachment aniversaria este ano sem solução. Iludidos achamos que os parlamentares estariam "constrangidos" pela punição do seu chefe-mor. Fatigados chegamos à conclusão que a cúpula corruptora ria às nossas custas.

Deputado sequestrador de protesto (Gastone Righ), deputado que desdenhava da opinião pública compactuando com a sujeira collarida (Roberto Jefferson) que integra a CPI do Orçamento e só de quebra um ministro da Ação Social que individualizava o dinheiro público e distribuía a fome para o povo (Ricardo Fiúza), voltam em cena um ano depois.

Desta forma falar sobre a Revisão Constitucional é impossível. Sobra o saber que a democracia nos brinda com a liberdade de ver e ouvir os envolvidos e além de tudo acreditar que a estrutura institucional não se confunde com miolo podre que a compõe.

Java Lúcia Fagundes
São Paulo, SP



Campanha Coerente

A propósito do box "O Amaldiçoado Cytotec" da matéria do Brasil Agora nº 51, Proibido para quem não pode pagar, a

Sociedade Brasileira de Medicamentos (SOBRAVIME) faz os seguintes comentários:

1) O misoprostol, princípio ativo do Cytotec não é do ponto de vista farmacológico, um abortificante. Produz o aumento da contratilidade uterina causando no estágio inicial da gravidez, em dez por cento dos casos, um abortamento parcial ou total. Induz sangramento vaginal em 52% das mulheres que o tomam com finalidade abortiva. Como é enorme a possibilidade de continuação da gravidez após a utilização exclusiva do misoprostol, pesquisadores da Escola Paulista de medicina, segundo a Folha de São Paulo de 24/10/93, verificaram que em 45 gestantes que tomaram o fármaco, 8% dos bebês nasceram com mal formações de extremidades (pé torto e dedos das mãos grudados uns aos outros), o que é alarmante.

2) O cytotec substituiu como "abortivo" os demais medicamentos - igualmente ineficazes - utilizados até 1987. A restritiva legislação vigente em relação ao abortamento e sua proibição por exigência da mulher gerou um grave problema no Brasil: a população e até médicos acreditam na eficácia do produto.

A luta pela descriminação do aborto para ser coerente deve considerar a necessidade de métodos seguros para realizá-lo tendo por base os métodos cirúrgicos.

Dr^o José Rubem de Alcântara
Bonfim
Presidente da SOBRAVIME
São Paulo, SP

Direita sem espaço

É do direitio da esquerda do partido atacar os que estão à sua direita e vice-versa. Mas, sinceramente, esperava que a esquerda mantivesse o equilíbrio que vem propiciando importantes debates nas páginas do Brasil Agora, como aquele que opôs, recentemente, cubanófilos e cubanófobos.

Na edição nº 49 do Brasil Agora, Valter Pomar e Antônio Carlos Queiros resvalaram no velho ranço stalinista. Vejamos: Pomar diz acredita que o PT dos sonhos de Genoíno seria do tipo em que "a maioria do partido não deva opinar sobre nada (...) porque pode constranger a minoria"; por seu turno, Queiroz critica a tomada de posição pessoal dos dois parlamentares petistas sobre o tema da revisão constitucional, descreve Paulo Delgado e Genoíno como dois deputados considerados de esquerda. Isso me lembra a velha máquina pecebista e seu empenho em anatematizar os dissidentes.

Acredito que tanta arrogância seja não fruto não apenas dessa tradição política, que matizou a esquerda brasileira - e não creio que baste cuspir em sua bandeira para se provar liberto de suas taras -, como, principalmente, do reduzido espaço que a direita partidária vem tendo no jornal.

Hamilton Garcia
Rio de Janeiro, RJ

Não está dando pra ler a Folha? Assine Linha Direta

- Assinatura semestral (24 edições) CR\$ 1.700,00
- Assinatura anual CR\$ 3.240,00
- Assinatura de apoio CR\$ 3.860,00

Basta enviar ao PT/SP cheque nominal ao Linha Direta.
Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 Fone (011) 223 7999

Nome.....
Endereço.....
Cidade.....UF..... CEP.....Fone.....

BRASIL AGORA

Assine já
LIGUE GRÁTIS
0800 - 11.1300

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1409 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP. - Fones: (011) 220 7718 / 223 0959

NOME.....
ENDEREÇO.....
CIDADE.....UF.....
CEP.....FONE.....
PROFISSÃO.....
CARTÃO DE CRÉDITO: VISA CREDICARD AMERICAN EXPRESS
Nº.....VALIDADE.....

- Assinatura 12 edições CR\$ 2.800,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30)
- Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 5,300,00
- Assinatura de apoio (anual) CR\$8.300,00



Opinião

No Brasil Agora 49 critiquei José Genoíno, defensor da Revisão Constitucional. O deputado não respondeu pessoalmente, talvez porque esteja cada vez mais difícil defender que este Congresso faça a revisão. A falta de argumentos fica evidente no artigo de Aldo Fornazieri (Brasil Agora 50), assessor de Genoíno, que acusa-me de stalinismo, burocratismo, autoritarismo; meus argumentos são reputados "frágeis", "inverídicos", "ridículos", "mentirosos".

Como Fornazieri optou pelo fogo de barragem, recordemos qual era o debate: revisar ou não a Constituição. Genoíno defende a revisão, para completar a "transição do regime autoritário para a democracia", evitar a "instabilidade e a paralisia do próximo governo", eliminar as restrições aos "investimentos dos capitais estrangeiros". Derrotado no PT, Genoíno, apelou para a hipocrisia parlamentar; reconhecia a legitimidade da posição do PT, mas defendia publicamente a conveniência da revisão-já. Aprovada esta, Genoíno queria que o PT participas-

se. Foi aí que o escândalo do Orçamento caiu sobre a cabeça de todas as polianas iludidas com este Congresso, especialmente com os demócratas do PMDB *et cetera*.

A instalação da CPI dificultou o jogo dos revisionistas, que apesar das concessões regimentais - visando atrair a esquerda - enfrentam dificuldades em obter quórum para a Revisão. Isso não quer dizer que o perigo esteja afastado, nem que Genoíno tenha se regenerado - basta ver sua entusiasmada defesa do senador Jarbas Passarinho, presidente da CPI, defensor do AI-5, ministro da ditadura e colega de partido de João Carlos Alves e Maluf.

Apesar do escândalo envolver as principais lideranças da revisão - como seu presidente, Humberto Lucena, e o relator do Regimento, Ibsen Pinheiro - as elites continuam pressionando para que a Revisão prossiga. Por isso, Fornazieri deveria esclarecer se ele e Genoíno continuam defendendo a Revisão. Afinal mesmo achando que a revisão não é um golpe - contra as conquistas sociais, contra o patrimônio público, contra a candidatura e o governo Lula-, Genoíno/

CUIDADO COM O CACHIMBO

Valter Pomar

Fornazieri deveriam temer uma revisão feita por um Congresso cheio de corruptos.

Continuamos contrários a revisão? Continuamos obstruindo? O Diretório Nacional do PT respondeu afirmativamente a estas questões. Ao invés de fazer o mesmo, Fornazieri prefere falar das pretensas vantagens que Lula extrairia do fim dos dois turnos, do direito à reeleição de presidente e governadores; ou sobre as supostamente diminutas chances de aprovação do voto distrital e do voto duplo.

Mesmo desconversando, Fornazieri erra. Se é verdade que o voto duplo - e a confirmação dos ministros pelo Senado - *agora* não têm "força", as pesquisas dão grandes chances para o voto distrital. E, mesmo lutando para que Lula vença ainda no 1º tempo, com 50% mais 1 dos votos válidos, não poderíamos aceitar o fim do 2º turno porque ele é mais democrático e permite, quando necessário, consolidar maiorias eleitorais - ajudando na "governabilidade". Além do mais, sem o 2º turno serão pequenas nossas chances nas eleições estaduais. Já a reeleição não parece boa

política, seja por ser um estímulo a mais para o uso da máquina ou para a formação de dinastias locais, seja porque sua introdução, nesse momento, poderia acomodar disputas inter-elites em alguns estados, facilitando a concentração de esforços anti-Lula.

Por fim, prefiro não entrar na "pequena pendenga interna" que Fornazieri propõe, sobre uma suposta disputa entre "burocracia autoritária" e "lideranças parlamentares fortes". Nem vou gastar tempo comentando o pretenso "coro dos ansiosos" em punir "opiniões de lideranças petistas". Isso são delírios: não há partido mais tolerante com a divergência que o PT; não há tendência mais intolerante com o PT que a de Genoíno/Fornazieri. É essa intolerância, e não a competência parlamentar, que garante a Genoíno a generosidade dos meios de comunicação. Apesar disso, desejo sinceramente que Fornazieri desvie sua intolerância para o lado de lá, para a direita. Porque o uso do cachimbo faz a boca torta, e logo logo ele pode não saber mais de que lado está.

Valter Pomar é membro da Executiva Estadual do PT-SP

SOCIEDADE DE CONSUMO

Maurício Segall

Na entrevista publicada no nº 50 do "Brasil Agora", Lula, reportando-se aos seus contactos com empresários, afirma que o mínimo que espera dos capitalistas é que criem uma "sociedade de consumo", o que significaria mais empregos, salários, etc. Na mesma entrevista, Lula critica a equipe econômica do Governo por ser apenas formada por bons técnicos mas maus políticos. Fiquei confuso.

Torna-se urgente o debate interno para que o PT avalie quem é, afinal de contas, o verdadeiro inimigo dos trabalhadores e quais seus instrumentos na concentração de riqueza (os bolsões ricos do 3º mundo são tão ricos como aqueles do 1º mundo - vide-se vitrines do comércio da região dos Jardins de São Paulo) e no aumento proporcional de miseráveis excluídos das economias de mercado no 3º mundo, no aumento constante de desempregados não só no 3º mundo mas também no 1º mundo, e assim por diante. O inimigo dos trabalhadores é ou não é o capitalismo? Esta é a questão! Não porque ele se constitua num fetiche às avessas, mas porque simplesmente será demonstrando que não só não resolve o problema da miséria, mas é, na realidade, seu causador.

Seja ele o liberal, o néo-liberal (que só existe para fins de marketing) seja o social-democrata, este último

sobretudo o "real", falido no mundo todo. E é verdade também que, na atual etapa do capitalismo (vasto assunto), seu instrumento fundamental na expropriação dos trabalhadores é a sociedade de consumo de massa, característica da economia transaccional atual, aquela sociedade da criação artificial de necessidades (os inúmeros bibelôs e "gadgets" que poluem nosso comércio) cujos resultados serão só acessíveis aos ricos. A sociedade da "miragem do bem estar" e da abundância, oásis onde cabem poucos e que estão cada vez mais longe do alcance dos trabalhadores que continuam morrendo à mingua, sob o inclemente sol do deserto. Aquela sociedade na qual a política de investimento das empresas multinacionais (que constitui a maioria das empresas grandes e médio/grandes entre nós) a suas decisões (se fabrica o mesmo motor aqui ou na Cochinchina por exemplo?) não tomam em conta nem a miséria existente, nem o desemprego adicional por elas criada, mas onde só conta a taxa de lucro a ser obtida, que gera benefícios, que excluem os trabalhadores. Sociedade que mesmo a nível mundial, e com esta nova divisão de trabalho transaccional, não parece estar criando novos empregos, como sugere Lula. Muito ao contrário.

E onde seus efeitos mais danosos

se situam justamente ao nível ecológico. Tão na moda, ao exaurir e poluir os recursos naturais disponíveis para a atual população de 6 bilhões de habitantes terrestres. Para nós, ser ecológico é ser anti-capitalista, e portanto, anti-consumista.

Será que não chegou a hora de afirmar que o Partido dos Trabalhadores não foi criado nem para coagir a crise do capitalismo, seja o brasileiro seja o transaccional, nem para reforçar a "Miragem Consumista", o que seria mentir para a classe trabalhadora. Mas sim se esmerar na confecção de uma proposta de um novo modelo de desenvolvimento não predador, factível para todos e não só para os ricos de todo mundo. Isto pode até ser má política no curto prazo, pois se contrapõe aos inalcançáveis sonhos dos trabalhadores, por mais justos e compreensíveis que sejam, de ascensão social e de acesso a fartura do consumo, propagandeada dia e noite pelos meios de comunicação de massa, mas muito longe do seu alcance. Concordo que isto pode até ser "má" técnica nos quadros da teoria liberal-Keynesiana, neo-liberal ou social-democrata. Mas poderia ser talvez a política "boa" numa proposta realista, mas ideológica, onde os sonhos dos trabalhadores talvez sejam menos coloridos, mas o

futuro real menos cinzento para os explorados do mundo todo nem que a realidade dos ricos se acinzentasse. Uma política que priorize desde já uma proposta socialista que assuma o planejamento democrático e descentralizado na alocação prioritária dos recursos carentes, onde mercado socialista seja o contrário de mercado capitalista, no qual o valor, numa interpretação simplificada, está mais relacionado com as tais leis do mercado e não com as forças produtivas, onde a dialética materialista seja a metodologia motora da cultura do Partido dos Trabalhadores. Enfim, um projeto socialista, democrático e ecológico mas nem por isto menos utópico.

Por isto tudo, achei infelizes algumas destas colocações de Lula. Perguntado-lhe de forma fraternal - afinal de contas, o inimigo se combate ou se ajuda? Os trabalhadores tem ou não tem inimigos? Ou são meramente adversários ou, pior, sócios? Os trabalhadores e os capitalistas são parceiros ou partes contrárias na nossa sociedade de classes? Estamos envolvidos numa luta de classes ou numa contradição de classes? Isso é o que o PT tem que decidir. Porque amigos certamente ele não são. Só se for da onça.

Maurício Segall é museólogo e membro da Comissão de Ética do CDM/SP

Política

26/10 a 8/11/93



A "Pau Brasil" financiou

o malufismo, admitiu perante a Polícia Federal no dia 4 o empresário João Carlos Martins, dono da empresa. A confissão é importante porque vincula oficialmente o "esquema" de arrecadação de "caixinhas" comandado por Martins ao candidato do PPR à Presidência. A PF tem mais provas contra a "Pau Brasil", e documentos que comprovam que ela recebeu doações de pelo menos três grandes empreiteiras: Andrade Gutierrez, Schahim Curi e CBPO. Foi o que garantiu a *Folha de S. Paulo* um dia depois.

Acabou a greve dos professores

de S. Paulo no dia 4, com vitória parcial. O movimento se estendeu por 79 dias, e embora não tenha conquistado as reivindicações iniciais arrancou do governador Fleury uma proposta de reajuste salarial muito superior à oferecida no início da paralisação. "A greve virou fenômeno nacional", avaliou o presidente do sindicato da categoria, Roberto Felício.

O STF reabriu dia 4, na esteira das revelações da CPI do Orçamento, o inquérito que investiga corrupção na privatização da VASP. O caso voltará às mãos do delegado

José Orsomarzo Neto, da PF de S. Paulo, cujas primeiras conclusões levaram ao indiciamento, há um ano, do ex-governador Orestes Quércia e dos ex-ministros Zélia Cardoso e Eduardo Teixeira. O processo estava parado há um ano no Supremo.

O senador Amir Lando denunciou

dia 5 que o governo passou a aceitar também moedas podres *fictícias* nos últimos leilões de estatais. Relator da CPI que investiga as privatizações, Lando explicou: a maracutaia consiste em receber "créditos" que particulares alegam ter junto a órgãos públicos como o IAA e o IBC, mas que não foram apreciados em definitivo pela Justiça.

O ministro Antônio Britto ameaçou,

em 28 de outubro, adiar para o próximo ano o pagamento dos benefícios atrasados que cerca de um mês antes o Supremo Tribunal Federal mandara restituir aos aposentados e pensionistas da Previdência. O pagamento beneficiará 7,5 milhões de pessoas e foi determinado porque o ministério recusava-se (e ainda reluta) em cumprir a Constituição, e pagar aos velhinhos ao menos um salário mínimo

Um atentado a bala comoveu

a Paraíba dia 5. O governador Ronaldo Cunha Lima, hoje quercista, no passado perseguido pelo regime militar, desferiu dois tiros contra seu antecessor e rival Tarcísio Burity (PFL), que fez carreira à sombra da ditadura. Libertado após umas poucas horas de prisão, Cunha Lima disse que cometeu o crime em defesa do honra do filho Cássio, presidente da Sudene, que Burity acusa de corrupção.

Economia

26/10 a 8/11/93



O Banco Central

admitiu através de seu

presidente, Pedro Malan, que o governo aceitará submeter a economia do país a um programa monitorado pelo FMI, para facilitar o acordo com os banqueiros. Uma missão do Fundo deve chegar ao país por volta do dia 15.

FHC prometeu arrocho

ainda maior de programas sociais, numa série de entrevistas que concedeu nos dias que se seguiram. Segundo as últimas versões, divulgadas dia 7, os cortes no Orçamento da União para 94 poderiam chegar a 6,3 bilhões de dólares, equivalentes a 1,5% do Produto Interno Bruto.

A economia brasileira captou

em outubro um volume recorde de dólares: 3,46 bilhões, revelou o Banco Central. Segundo os analistas, um dos fatores são as facilidades que as grandes empresas têm encontrado para endividar-se no exterior, emitindo debêntures e pagando juros baixos. O outro são os juros internos muito altos, que estimulam a entrada de capitais especulativos.

O dinheiro regressa logo ao exterior, tanto que o saldo líquido (descontadas as remessas de dólares) ficou em US\$ 757 milhões. E ao longo do ano o balanço acumulado indica saída de US\$ 241 milhões.

Os EUA pressionaram

abertamente o Brasil a abrir seu sistema financeiro à entrada irrestrita de bancos e companhias de investimentos norte-americanas. A pressão foi feita em 26 de outubro, através de declarações do subsecretário de Tesouro do governo Clinton, Lawrence Summers. Dias antes o superior de Summers, Lloyd Bentsen, havia ameaçado fazer retaliações comerciais contra todos os países que não se abrissem aos bancos dos EUA.

A Volks também importará

automóveis de sua matriz, revelou dia 4 a direção da montadora multinacional. Trará da Alemanha os modelos conhecidos como "Golf GTI" e "Audi". A tendência das múltiplas a trazer do exterior alguns modelos, ao invés de investir para fabricá-los aqui, foi lançada há meses pela Fiat, com o "Tipo".

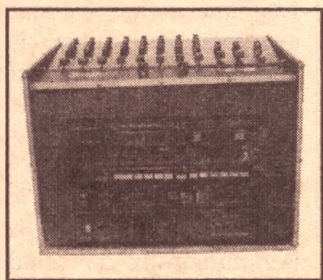
A indústria demitiu em massa:

14.862 trabalhadores em S. Paulo, apenas em outubro, revelou dia 8 a Fiesp. Inverteu-se em apenas 30 dias a tendência a leve retomada do emprego que havia se manifestado a partir do final do ano passado. Nos onze meses anteriores houvera recuperação de 15.452 vagas, o que levava certos setores empresariais a fazer declarações ufanistas. Agora o saldo de um ano ficou reduzido a 590 contratações

O SOM NA MEDIDA DE SUA NECESSIDADE

A DISKSOM produz equipamentos de qualidade para serem usados em qualquer ambiente, parado ou em movimento. É muito simples, funciona com a bateria do carro. Você investe pouco e uma vez só.

GARANTIA DE 180 DIAS.
ASSISTÊNCIA TÉCNICA.
DESENVOLVEMOS PROJETOS E MONTAGENS
ESPECIAIS PARA ÔNIBUS, CAMINHÕES COM
VIDEO E AUDITÓRIO.



DISK SOM

COMÉRCIO E MANUTENÇÃO

CONVERSE CONOSCO: VADO OU VANESSA
TEL.: (011) 34 7244

Rua Silveira Martins, 12 - Centro,
próximo à Praça da Sé - São Paulo/
SP - Fax (011) 35 0717



KOMBÃO

1450 wats de potência. Gabinete com mesa, duplo deck, microfone, 6 caixas profissionais, baú com palanque opcional, possibilidade de utilizar gabinete para sonorizar auditórios.

EM GETULINA, TENSÃO NA LUTA PELA TERRA

12 mil soldados ameaçam despejar 6 mil sem terra.



A resistência dos agricultores surpreendeu os fazendeiros

Um mês depois de ter ocorrido a invasão das fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres, em Getulina, interior paulista, a situação das 2500 famílias continua tensa. São seis mil pessoas, 1628 crianças e 1320 mulheres, das quais 508 grávidas. A expectativa, quando do fechamento do jornal **Brasil Agora**, era de que a qualquer momento o governo Fleury poderia liberar as tropas policiais, de 12 mil soldados, para a invasão. Armados de enxadas e facões os Sem Terra temiam um derramamento de sangue. Esta é uma das maiores invasões já ocorridas no país.

Dia 8 de novembro, no entanto, o INCRA fora invadido por 600 trabalhadores rurais de Getulina, que de Campinas vieram em passeata até São Paulo, enviando comissões ao governo do estado para negociar a não liberação de tropas da PM para despejar os invasores, e com o INCRA para que desse início aos levantamentos na região.

Mas a indecisão do governador Fleury, oscilando entre tomar providências ou não, aumentava o clima de tensão.

A fazenda Jangada, com 5741, 40 ha e Ribeirão dos Bugres, com 484 ha pertencem à família dos Ribas, que também é proprietária da fazenda Reunidas, invadida em 1986 e desapropriada para fins de

uso social. Hoje é um assentamento com 640 famílias. Durante o mês vários encontros com diversos líderes políticos e membros do governo foram realizados. Os invasores conseguiram os apoios de Jair Meneguelli, do presidente estadual da CUT paulista, Feijó, dos deputados estaduais Antenor Chicarino, Zico e Jamil Muradi, além de entidades governamentais da Alemanha. Os deputados federais José Dirceu, Tuga Angerami e Aldo Rebelo participaram das articulações em defesa dos

sem-terra.

Quando da invasão da sede paulista do INCRA, os sem-terra se dividiram em comissão para negociar com os representantes paulista do órgão e o governo do Estado. Um dia depois o presidente nacional do INCRA, Oswaldo Russo, veio a São Paulo para definir a situação.

É que o órgão além de invadido vinha sendo impedido pela justiça de Getulina de fazer levantamentos na região para detectar o uso produtivo ou não da fazenda, através de ações na Justiça movidas

pelo advogado da família Ribas.

Após um encontro entre representantes dos sem-terra e o ministro da agricultura, Djandir Pasquale, dia 4 de novembro, o INCRA Nacional anunciou ter obtido na 21ª Vara da Justiça Federal o direito de realizar vistoria na fazenda e verificar se a área é ou não produtiva, mas até dia 9 não haviam conseguido ingressar na área. Mesmo porque os oficiais de Justiça não conseguiram encontrar os proprietários da fazenda.

Hamilton Cardoso

WOODSTOCK SEM MÚSICA

Disputa e confusão marcaram congresso secundarista

Nos dias 30 e 31 de outubro e 1º de novembro reuniu-se, no Palácio das Convenções do Anhembi, o 30º Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. Foram 3.700 delegados, mais algumas centenas de observadores, a maioria sem dinheiro e mal-aloados. Mas todos dispostos à briga. Basta ver os nomes das teses apresentadas ao Congresso: "Detonar", ligada ao MR-8; "Declare Guerra", ligada ao PCdoB; "Kaos", ligada ao PT; "Desobedeça", ligada ao PST-U.

E briga não faltou, a começar pela abertura, quando foi apresentado um vídeo com cenas da pancadaria em frente à Bolsa de Valores de São Paulo, onde a PM sangrou um militante do MR-8, coincidentemente dirigente da Ubes, que protestava contra a privatização da Cosipa. Pois bem: quando Maurício Durá e Valério Arcary, que falaram em nome do PT e do PST-U, respectiva-

mente, lembraram que naquele exato instante a mesma PM estava invadindo a Assembléia Legislativa de São Paulo e obrigando os professores em greve a interromper sua ocupação, a bancada do MR-8 começou a berrar a *sui generis* palavra de ordem: "Aula já, queremos estudar".

O paradoxo se explica: o MR-8 é financiado pelo esquema Quércia/Fleury. Seu jornal, o *Hora do Povo*, considera o escândalo do Orçamento uma "lenda montada contra o PMDB", chegando a dizer: "Marinalva quer atrapalhar luedemel do camarada Moreira".

A disputa com o MR-8 foi a marca do Congresso, incluindo troca de sopapos, denúncia de falsificação de carteirinhas e, inclusive, uma



situação inusitada: a plenária final do Congresso não contou com a participação de todos os delegados eleitos.

Pretextando que o Auditório Elis Regina não comportava todos os delegados, o MR-8, mancomunado com a direção do Anhembi e com a Guarda Civil, impediu a participação de 93 delegados ligados

à tese Kaos. O objetivo era claro: levar o PT a se retirar do Congresso, o que garantiria a vitória do "oitto".

O Congresso só prosseguiu porque a bancada do PT aceitou um acordo proposto pela União da Juventude Socialista (vinculada ao PCdoB): o Congresso teria início sem os 93 delegados, que seriam contabilizados para efeitos de proporcionalidade da chapa de

oposição. A generosidade do PT, que aceitou cortar a própria carne, não rendeu muitos frutos; os cerca de 350 delegados lhe garantiram uma participação minoritária em uma chapa em que a presidência (Joel Benin, de Santa Catarina) e a maioria absoluta couberam a UJS/PCdo B.

E as resoluções do Congresso? Bem, foram basicamente em torno da política nacional - CPI pra valer, oposição a Itamar etc. De fato, para muita gente o Congresso só valeu pela derrota do MR-8, cuja truculência chegou ao ponto de negar transporte aos delegados que não votaram em sua chapa. Isso para não falar da palavra de ordem preferida do "oitto": "Brasil Urgente, Lula pra servente". Agora, a Ubes não é mais um aparelho na mão do quercismo. Resta saber se ela deixou de ser um aparelho.

Valter Pomar

A FESTA DA NOVA CENTRAL

Congresso reúne 950 delegados e define os rumos de ação

Os quatro últimos dias de outubro em Belo Horizonte foram comemorados pelo movimento popular. A capital mineira foi sede de um projeto que está em gestação desde 1989 - a Central de Movimentos Populares. Composta pelos movimentos comunitários, de mulheres, moradia, saúde, negros, meninos e meninas de rua, prostitutas, homossexuais e lésbicas, direitos humanos, portadores de deficiências, educação e aposentados, a Central tem como meta a articulação e direção dos movimentos.

O Congresso reuniu 950 delegados, 50 observadores e 200 convidados. A abertura, segundo os coordenadores, foi marcada por uma forte emoção. Estavam presentes o prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias, Lula, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC,

Vicente Paulo da Silva, o secretário-geral da CUT, Avelino Ganzer, a deputada federal Maria Luiza Fontenelle, o teólogo Leonardo Boff e os representantes da CNBB e da Frente Continental de Movimentos Comunitários da América Latina.

Emoção

Entretanto, a emoção e a vontade política de construir a Central não predominaram somente na abertura. Foram as características que motivaram os grupos de trabalho madrugadas adentro e também a votação de pontos polêmicos e aguardados pelos delegados. Como por exemplo a questão-chave - a composição da coordenação da Central. Decidida voto a voto, ganhou a proposta que indicava um representante por Estado, além de um por movimento nacional. Essa proposta derrotou por pouco a outra, de um representante por Estado e um indicado por

movimento de luta. "A votação confirmou a opção do caráter colegiado da Central", afirmou Aparecida Gonçalves, da Executiva.

Decisiva também foi a escolha da própria Executiva da Central. Cinco chapas, composta cada uma por sete pessoas, concorreram. A chapa 1 saiu vitoriosa e representará a Central junto com a coordenação até o 1º Congresso, previsto para o segundo semestre de 1995.

Cidadania

O texto-base, centrado na reforma urbana e na cidadania, foi aprovado e reafirmado como eixo de luta. Entre os argumentos desses dois eixos estão: a luta contra o racismo, a participação dos movimentos na política pública, o combate sistemático à corrupção, a defesa da escola pública gratuita e com qualidade e a municipalização da saúde.

Em relação à ordem do dia foram

decididos o "Não À Revisão Constitucional" e a erradicação da fome como prioridades. Alguns caminhos foram indicados: a criação de empregos, a moralização na distribuição da merenda escolar, que muitas vezes é desviada e manipulada.

Vários planos de luta precisarão ser aprofundados, muitos não foram consenso entre os delegados. Por isso serão realizados Encontros Estaduais que anteciparão a Plenária marcada para o primeiro semestre de 1994. Porém, as diferenças também foram vistas como um fator positivo: "As particularidades e diversidades dos movimentos possibilitaram uma troca rica de experiências", conclui Raimundo Bonfim, da Executiva. Até porque os delegados foram escolhidos nos municípios, o que permitiu uma globalidade, e não apenas a representação das grandes cidades.

Adélia Chagas.

A IGREJA QUER CONQUISTAR A CLASSE MEDIA

Crise econômica, ética e aliança pelos movimentos populares com a classe média são preocupações do documento da Arquidiocese.

A Arquidiocese de São Paulo lançou, no último dia 6 de novembro, um relatório intitulado "O Brasil que Queremos". O estudo está dividido em três pontos: O Estado democrático, A Dominação Política e Cultural e o Desenvolvimento Econômico. Esses aspectos são abordados tendo em vista dois eixos: os sujeitos emergentes e a ética.

É feita uma análise histórica que elenca vários motivos geradores da crise política e econômica do Brasil. Aponta como fator determinante o total descaso das classes dirigentes, um sistema político predominantemente viciado e sempre controlado pelas mesmas elites e a prática constante da "lei de Gerson", na qual a ética foi claramente substituída pelo ato de levar vantagem em tudo. E conclui: "As raízes históricas apresentadas, além de explicar questões como a defasagem econômica e institucional, mostram ser o povo, como tal, o responsável menor pela situação, ao contrário do que irresponsavelmente se apregoa".

Inflação

Mas a preocupação do trabalho, resultado de vários debates, foi indicar reformas necessárias e urgentes para a reversão desse quadro caótico. O combate à inflação tem que ser prioritário - por ser um mecanismo que produz a alta concentração de renda -, assim como a reavaliação do sistema da previdência e da seguridade, descentralização e "desprivatização" do Estado, o que não deve ser entendido como um desmonte, mas sim como a



Emprego: preocupação recorrente

criação de um Estado menor, eficiente e disciplinador do mercado e da economia, a reforma no sistema tributário e financeiro e o equacionamento definitivo do déficit público. "O Estado que se quer" não pode, obviamente, ser dominado por

grupos que administram os interesses de minorias em detrimento da maioria.

Luta Social

No que diz respeito ao papel da sociedade frente a estas e outras transformações necessárias, é lembrado o quanto é importante o processo eleitoral e a escolha de políticos que não utilizam o poder, exclusivamente, para benefícios pessoais. Entretanto, o estudo ressalta também a mobilização social como um dos meios de se transformar este Estado deficitário e incapaz de atender às condições mínimas a que a

sociedade tem direito.

O caderno de proposta e indagações relembra a influência e o surgimento dos movimentos populares da década de 70 e a importância efetiva desses movimentos, devido ao seu dinamismo, em todo o

desencadear dos fatos nacionais. Mas atenta para a limitação dos movimentos formularem um projeto global. Isto acontece devido não só à necessidade de lutarem por suas reivindicações básicas de subsistência mas também por nunca ter havido uma articulação com setores da classe média para a formulação de um projeto global. A razão dessa falta de articulação, segundo o relatório, pode ser explicada pelos movimentos verem na classe média uma aliada ao "sistema" e distante das suas preocupações. Mas a arquidiocese acredita que este momento é propício para união dessas duas forças. Esse processo pode se viabilizar, por causa da preocupação da classe média com problemas nacionais e também pela pauperização que a vem atingindo cada vez mais.

Para que esta aliança se estabeleça, as propostas apresentadas são as seguintes: adoção de uma ótica a partir dos excluídos, a necessidade da formação de grupos das classes médias em diferentes setores de organização social e da economia, por especialização e educação profissional, articulados entre si com os movimentos populares, na busca de definição e luta por projetos globais e setoriais para o país, a atualização e detalhamento sistemático de projetos para o Brasil e a ênfase na conquista de espaço na mídia.

O desafio foi lançado, resta saber se será possível...

A.C.



A HORA DA FAXINA

// - Como foi a sua conversa com o travesseiro, dona Noelma?

- Eu disse que não tinha culpa de nada e ele disse: "Eu sei, eu sei. Quem tem culpa é as empreiteira. Mas o seu Odebrevi vai preso? Num vai. O seu OAS vai preso? Vai não. Te manda, Noelma. //

Luís Fernando Veríssimo

Todos os acordos de bastidores, os deixa-disso, as tentativas de pegar bagrinhos para livrar tubarões não foram suficientes. Terminada a primeira semana de novembro era cada vez mais difícil sustentar, como queriam os grandes jornais no início do caso, que seria possível pôr fim à manipulação do Orçamento e moralizar a política nacional punindo um punhado de bodes expiatórios - ou de anões. As denúncias contra os secretários de Quércia e de Fleury, o deputado Ibsen Pinheiro e o ministro Fernando Henrique Cardoso pareciam ser apenas o começo. Tornara-se evidente que se houvesse disposição para levar as apurações adiante a CPI da máfia do Congresso acabaria comprometendo boa parte dos líderes, das estruturas e dos costumes sobre os quais se apóia o poder das elites.

A CPI, no entanto, funciona num Congresso dominado pela direita e pelo "centro", e chega ao povo através das lentes de uma imprensa monopolizada pelos conservadores. No Brasil, além disso - ao contrário da Itália ou do Japão -, a alternativa aos partidos que imperam nas instituições é a esquerda, não uma direita reciclada. Por isso surgem as tensões, e certas saídas curiosas.

Uma delas, como sempre, é a pizza. Ainda no dia 7 todos os grandes jornais de São Paulo e do Rio destacaram, como se fosse algo alvissareiro, que a CPI já tinha elementos para cassar quatro deputados, todos eles peixinhos de aquário (João Alves, Manoel Moreira, José Geraldo e Cid Carvalho). A cassação, além disso, seria feita a pretexto de falta de decoro - não de corrupção, de tráfico de influências, ou de formação de quadrilha. Seria possível, então, seguir o roteiro traçado dois dias antes, numa

As entranhas do poder conservador estão à mostra. Aguarda-se a turma da limpeza.



Genebaldo Corrêa

concorrida reunião de lideranças conservadoras, pelo deputado Inocêncio de Oliveira, presidente da Câmara: restringir as investigações aos integrantes da Comissão de Orçamento do Congresso, encerrar a CPI em mais trinta dias e retomar a revisão constitucional. Outros alvos, como as empreiteiras, fez questão de alertar Inocêncio, eram coisa para novas CPIs.

Às vésperas de surgirem contra ele denúncias de compra subfaturada de terras, lesão ao Fisco e possível lavagem de "sobras" de campanha, também o ministro Fernando Henrique Cardoso tentou a estrada das saídas ilusórias. Serviu-se do desgaste formidável do Congresso Nacional para alegar que era possível moralizar o Orçamento cortando de modo radical os programas de investimento confiados aos ministérios da Ação Social e Desenvolvimento Regional. Acrescentou que a manipulação de verbas por parlamentares era uma das causas essenciais do desequilíbrio das contas públicas.

Francamente apoiada pela imprensa, sempre acrítica diante



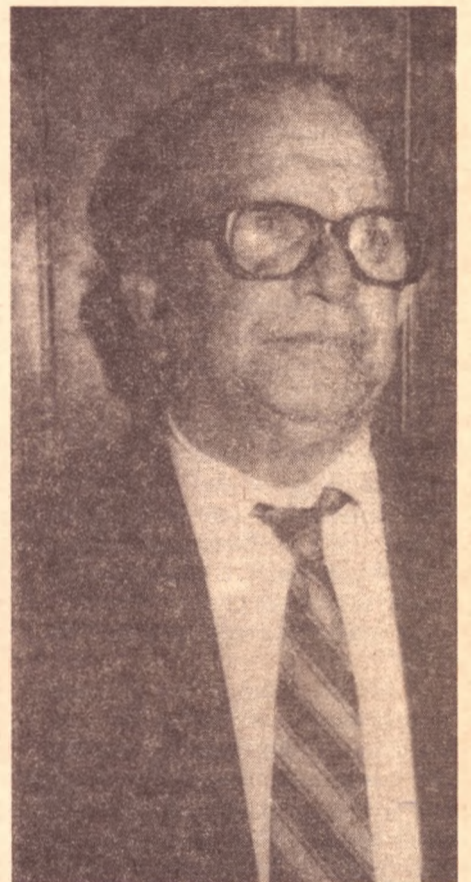
João Alves



Ricardo Fiuzza

dos palpites do ministro, a proposta apóia-se porém em duas falsidades. Os déficits do Tesouro relacionam-se a um outro tipo de manipulação, que escapa ao exame dessa CPI. Eles são causados, em essência, pelos juros estratosféricos que o Estado paga aos grandes grupos econômicos - os mesmos juros que chegaram semana passada, graças à política monetária do ministro, a 24,9% ao ano acima da inflação... Além disso, combater a corrupção cortando verbas sociais seria o mesmo que punir, ao invés dos corruptos que manipulam os recursos, os despossuídos que deveriam recebê-los.

Nas próximas semanas, tudo indica, mais denúncias continuarão a expor os podres do poder conservador. A faxina, no entanto, não poderá ser feita pelas elites e suas instituições, mas apenas por gente de mãos limpas. As seis páginas seguintes de Brasil Ago-



Cid Carvalho



Manoel Moreira

ra são um esforço para informar e armar de argumentos o poder das ruas. Sobre ele, que voltou a ocupar a cena política em manifestações massivas e vibrantes nos dias 6 e 7, repousam as chances de impedir que também esta CPI termine com a prisão da secretária. Ou, no caso, de dona Noelma, a Preta Velha que cozinha para o deputado João Alves, e que, insinuou a grande imprensa, era sua cúmplice na prática de lavar dinheiro através de apostas compulsivas nos jogos de loteria...

Antonio Martins



A ARCA D

As provas e os indícios que a CPI tem em mãos revelam: por trás dos "sete anões", estão as grandes empreiteiras, líderes destacados dos conservadores no Congresso, ministérios e governos de Estado. Resta saber se haverá vontade

O ALÇAPÃO DE JOSÉ CARLOS ALVES

As malas de papéis do ex-diretor do DOU revelam que a manipulação do orçamento tem uma conexão no Executivo e podem incriminar o ex-ministro Marcílio Moreira.

Quase esquecidas pela imprensa, as várias malas de documentos que foram retiradas em 21 de outubro da residência do ex-diretor de Orçamento da União José Carlos dos Santos contêm no entanto uma das chaves que permitiriam compreender em detalhes como funciona o "esquema" da manipulação do orçamento. Há nelas indícios concretos e não apenas suposições de que a inclusão de emendas na previsão de gastos da União, em troca de propinas, possuía ou possui uma conexão no Executivo. Há também documentos que comprometem lideranças parlamentares muito mais destacadas que os "sete anões".

A própria aparição dos documentos ocorreu em circunstâncias reveladoras. Eles foram oferecidos à CPI pelo próprio José Carlos, depois de uma conversa que o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) manteve com o advogado do ex-diretor do DOU.

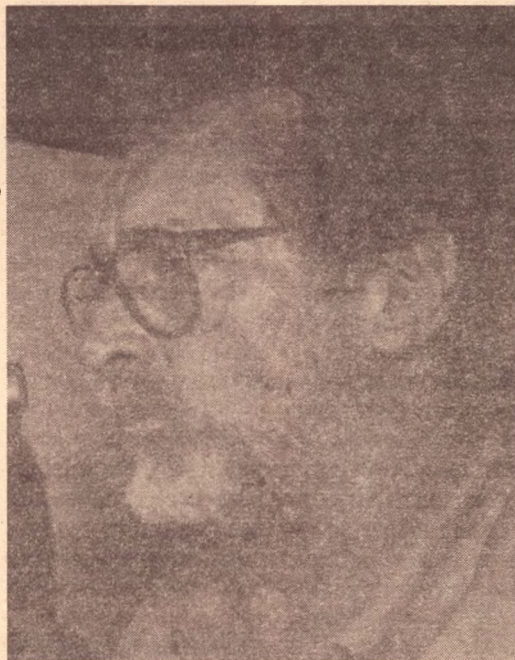
Alguns dos papéis mais importantes estão no chamado "envelope 4". Ao deparar com eles, José Carlos Alves revelou que em agosto de 91 o governo Collor firmou com a Comissão de Orçamento do Congresso, cujo relator era o deputado João Alves, um **acordo formal**. Respondia pelo Ministério da Economia o embaixador Marcílio

Moreira, que os conservadores apontam como reserva moral do governo.

Segundo os termos do acordo, João Alves e seu grupo de "anões" garantiam a tramitação acelerada para o Orçamento Geral da União de 92, que seria oficialmente apresentado no dia 31. Em contrapartida,

Alves seria beneficiado com a inclusão prévia, pelo Palácio do Planalto, de inúmeras emendas no Orçamento.

Ocorre, explicou José Carlos Alves dos Santos, que segundo o acordo "o deputado João Alves ficou só com as subvenções sociais", as que beneficiam entidades beneméritas de fachada e representam um percentual quase desprezável do Orçamento. Um grupo de outros parlamentares fez, sempre segundo José Carlos, "indicações de diversas dotações para várias obras a serem incluídas no projeto". Entre os



congressistas nomeados salta aos olhos o nome do deputado Genebaldo Corrêa, líder do PMDB na Câmara, defensor destacado da Revisão Constitucional, conhecido pelas ligações notórias que mantém com Orestes Quêrcia.

Outro envelope, o de número 8,

compromete o deputado e ex-ministro Ricardo Fiúza. Consta desse envelope, por exemplo, um bilhete manuscrito por Fiúza, então ministro da Ação Social, e endereçado ao secretário-executivo de seu ministério, Maurício Vasconcelos. A mensagem, datada de 1992, procura interferir numa fase decisiva da manipulação de verbas: o descontingenciamento.

Incluídos no Orçamento, os projetos ficam no entanto costumeiramente retidos pelo Executivo. O desbloqueio, que é comandado em suas linhas mais gerais pelo

presidente da República e os ministros, é no entanto executado, no varejo, pelo diretor-geral de Orçamento, cargo que José Carlos Alves dos Santos ocupava.

O bilhete do então ministro Fiúza trata de uma ação desse tipo. Como se estivesse ordenando uma compra de material de escritório, o ministro determinou: "Maurício, por gentileza priorizar para o próximo trimestre 80% do saldo. Deverá dar de 70 a 80 bilhões. Combinar com o doutor José Carlos". A soma equivale a 16 milhões de dólares.

Como o deputado Ricardo Fiúza alegou, em seu primeiro depoimento à CPI, que o recado referia-se a uma liberação de recursos ordinária, sem caráter de favorecimento, José Alves dispôs-se, em 8 de novembro, a enviar novo documento à CPI. No texto, um manuscrito de 11 laudas, repete que Fiúza privilegiou claramente, quando ministro, entidades "filantrópicas" ligadas a deputados que recebiam propinas.

No mesmo dia o deputado Fiúza concedia entrevista à **Folha de S. Paulo** em que ameaçava não cair sozinho: "É preciso que os senhores membros não divulguem dados antes de ter certeza. Quem mais poderia desmoralizar as pessoas nessa CPI seria eu, que conheço o Congresso como a palma da minha mão".

O BOLSO DAS EMPREITEIRAS

Tanto o senador Jarbas Passarinho, de modo sutil, quanto o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, com mais alarde, já declararam que preferiam restringir os trabalhos da CPI à investigação dos atos praticados pelos integrantes da Comissão de Orçamento do Congresso. As ações de outros políticos, e em especial das empreiteiras, disseram eles, poderiam ser examinadas por outras CPIs.

É o caminho mais fácil para a impunidade ampla. Como já notou o delegado Paulo Lacerda, da PF, famoso por sua atuação exemplar no "Collorgate", as empreiteiras são os elos que permitem chegar aos vários grupos de parlamentares envolvidos em práticas corruptas. São também a ponte para entender de que modo o "esquema" de manipulação do Orçamento se ligava com o "esquema PC". Deixá-las de lado implicaria não apenas em salvar os corruptores mas também em desprezar fontes de informação que permitem localizar e punir inúmeros corruptos.

As provas e indícios que incriminam as empreiteiras são tantas, e desvendam de tal modo a relação promíscua que os grande grupos econômicos mantêm com o Estado, que talvez esteja aí, paradoxalmente, o motivo de os representantes dessas empresas não terem ainda sido convocados para depor na CPI nem ter sido autorizada a quebra de seu sigilo bancário ou fiscal, nem a devassa de suas contas telefônicas mais importantes.

Contra as grandes construtoras há, em primeiro lugar, a prova testemunhal do depoimento de José Carlos Alves dos Santos. Ao falar à CPI em 20 de outubro, ele foi inquirido pelo deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), que lhe apresentou a relação das vinte maiores empreiteiras do país e pediu, ao declinar cada um dos nomes, que o ex-diretor de Orçamento da União dissesse se a empresa pagava propinas a parlamentares para garantir a aprovação dos projetos que mais tarde

Sem devassar as atividades ilícitas das grandes construtoras nenhuma investigação irá a fundo. Mas há, como no "Collorgate", quem queira poupar os corruptores.

executaria. "OAS?", perguntou o deputado. "Sim." "Andrade Gutierrez?" "Sim, claro." "Queiroz Galvão?" "Com certeza." "Tratex?" "Estava." "Camargo Corrêa?" "Essa não tenho certeza, preciso verificar." Segundo o jornalista Jânio de Freitas, estavam denunciadas ao final da pergunta também a Mendes Júnior, CBPO e CR Almeida.

Mas há também provas documentais, como a papelada que o jornal *O Estado de São Paulo* encontrou, na madrugada de 24 de outubro, no lixo da sede da Queiroz Galvão em Brasília. Consta de um dos calhamaços, por exemplo, várias listagens que relacionam de um lado as emendas ao Orçamento que interessavam à construtora e de outro os nomes dos parlamentares, entre eles Ricardo Fiúza.

Novos documentos que podem incriminar as empreiteiras surgiram em 2 de novembro, quando notas de serviço comprovaram que a Norberto Odebrecht superfaturava obras e as repassava com lucro a firmas menos influentes, e em 7 de novembro, quando a imprensa publicou uma suposta "lista de propinas" da Servaz. Um fac-símile estampado por *O Estado de São Paulo* mostra que o documento não constitui prova, já que evidentemente é apócrifo, mas impressiona pela coincidência entre as informações que contém e inúmeros "esquemas" de corrupção já denunciadas.

Numa planilha intitulada "Controle geral de ct" constam, separados por Estados, os políticos e tesoureiros de campanha que supostamente teriam sido beneficiados pela Servaz. Consta entre outros PC Farias, seis governadores e ex-governadores, inclusive Quêrcia e Fleury, o senador José Sarney, e vários deputados. Ao lado de cada nome se encontram indicações sobre porcentagens, ou sobre os favores que os possíveis agraciados teriam prestado à Servaz.

E HORRORES DAS ELITES

PEIXES GRAÚDOS DO CONGRESSO

A idéia era pegar uns peixinhos e terminar a pescaria. Aí o tubarão branco entrou na rede.

“Pegamos um tubarão branco, morto em plena praia”, gritava pelos corredores do Congresso Nacional, em 7 de novembro, o senador Ney Maranhão (PPR-PR), que era durante a “CPI do PC” um dos membros mais folclóricos da “tropa de choque” de Fernando Collor.

O senador tinha motivo para

de que, se a Revisão já era antes ilegítima, tornou-se moralmente inaceitável depois que o atual Congresso ficou marcado com a nódoa da suspeita.

Um dia antes das denúncias os líderes conservadores do Congresso haviam deixado clara uma estratégia para salvar a Revisão. Pretendiam

cassar sumariamente, por “falta de decoro”, alguns parlamentares expressivos, oferecer uns bodes expiatórios à opinião pública e começar tranquilamente a reescrever a Carta.

Agora isso havia ficado mais difícil. O rastreamento das contas bancárias de Genebaldo Corrêa revelou que ele depositava com frequência, nas contas de Ibsen, somas que totalizaram cerca de 50 mil dólares.

Os depósitos eram feitos com regularidade, o que fazia supor a existência de um compromisso continuado. E como Genebaldo, um dos “sete anos”, era suspetíssimo de ter recebido propinas das empreiteiras, surgiu a hipótese evidente de que ele agia como intermediário e repassa-

va parte do que recebia a muitos outros parlamentares, entre eles o próprio “tubarão branco”.
Ao tentar “explicar” os fatos, no dia 8, Ibsen e Genebaldo complicaram-se ainda mais. Negaram que o dinheiro fosse propina, disseram que mantém relações íntimas “que incluem questões financeiras” e atribuíram as denúncias a gente interessada em dar “conotação perversa a um ato comum na vida das pessoas”. Mas nem Ibsen soube dizer por que recebeu 50 mil dólares de Genebaldo nem este conseguiu se lembrar dos motivos que o levaram a depositar a soma na conta dele.

Os depósitos eram feitos com regularidade, o que fazia supor a existência de um compromisso continuado. E como Genebaldo, um dos “sete anos”, era suspetíssimo de ter recebido propinas das empreiteiras, surgiu a hipótese evidente de que ele agia como intermediário e repassa-

va parte do que recebia a muitos outros parlamentares, entre eles o próprio “tubarão branco”.
Ao tentar “explicar” os fatos, no dia 8, Ibsen e Genebaldo complicaram-se ainda mais. Negaram que o dinheiro fosse propina, disseram que mantém relações íntimas “que incluem questões financeiras” e atribuíram as denúncias a gente interessada em dar “conotação perversa a um ato comum na vida das pessoas”. Mas nem Ibsen soube dizer por que recebeu 50 mil dólares de Genebaldo nem este conseguiu se lembrar dos motivos que o levaram a depositar a soma na conta dele.



Ibsen: afastado do cargo de relator da revisão

UMA ESTRANHA RELAÇÃO

Alexandre Costa não cai porque sabe muito sobre sobre Fernando Henrique, dizem boatos maldosos

Por que o ministro Alexandre Costa, do Desenvolvimento Regional, não cai? Apontado desde o início dos trabalhos da CPI como participante dos “esquemas” de manipulação do Orçamento, ele jamais procurou se defender. Foge da imprensa, e quando encontra fotografos ou cinegrafistas põe ostensivamente as mãos diante das câmeras. Está inteiramente desautorizado, não age, é um peixe morto para o presidente Itamar Franco. Mas permanece no governo, embora até mesmo seu ex-colega Henrique Hargreaves, cujas ligações pessoais com Itamar são notórias, não tenha se sustentado, ao ser atingido por acusações idênticas.

Depois de circular insistentemente no Congresso Nacional, as especulações sobre a resistência extraordinária do ministro chegaram parcialmente à imprensa em 9 de novembro. Segundo o “Painel” da *Folha de S. Paulo*.

Alexandre Costa estava para ser despedido no fim da semana, mas “o

Planalto recuou” depois que a revista *IstoÉ* publicou matéria de capa com denúncia sobre sonegação fiscal do ministro Fernando Henrique Cardoso. A reportagem foi um aviso, teriam especulado em Brasília parlamentares do PFL: “Se Costa caísse, Fernando Henrique iria junto”.

A história que circula em Brasília é menos enigmática. Itamar teria pedido, através de vários intermediários, que o ministro do Desenvolvimento Regional entregue o cargo. Costa, no entanto, estaria disposto a resistir, por saber que fora do governo está muito mais exposto às investigações e eventuais punições da CPI. E teria um trunfo decisivo: informações muito consistentes sobre irregularidades que teriam sido praticadas por aliados de Fernando Henrique, com conhecimento do próprio, na diretoria da Cosipa e de outras estatais paulistas.

Alexandre Costa é muito amigo de Domingo Alugaray, dono da Editora Três e da *IstoÉ*. Além das denúncias da semana passada haveria outras bem mais graves prontas para vir a público. O silêncio do ministro do Desenvolvimento Regional teria um preço: sua permanência na equipe de governo. São boatos maldosos, mas continua muito estranho Costa não cair...



Revista fez denúncia pesada contra FHC

Por Antonio Martins

BISOL PROPÕE COMISSÃO DE DEVASSA



A IMPORTÂNCIA DAS RUAS

Todos de branco, sob aplausos, vão para as ruas. É a esperança de mudar.

Faxina nas instituições: rumo certo para o país.

Até onde vai a CPI do Orçamento? A depender de alguns, especialmente do bloco conservador do Congresso e de setores da grande imprensa, a CPI termina em algumas semanas, talvez com alguns punidos, e os deputados e senadores voltam a se dedicar à Revisão Constitucional. A depender de parlamentares como o senador José Paulo Bisol, do PSB do Rio Grande do Sul, CPI não só irá até as últimas conseqüências como também o país passará a contar com um órgão de responsabilidade mais geral — uma espécie de Comissão Nacional da Devassa — com o objetivo de promover uma profunda faxina nas instituições nacionais. O senador gaúcho comunicou essa proposta ao presidente Itamar Franco no último dia 8, e afirmou que ela foi bem recebida pelo presidente. Que, aliás, poderia dar a sua primeira contribuição à proposta, demitindo o seu ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, também denunciado no escândalo do Orçamento. Para o senador, esse órgão, que seria criado por uma emenda constitucional, teria a função dos juízes de instrução da Itália". Para Bisol essa é a única forma de se realizar uma Operação Mãos Limpas no Brasil, já que "as CPIs tratam de investigações específicas e em cada caso teremos de montar uma comissão, fragmentando as investigações e dispersando esforços".

Nuvens sombrias.

A proposta do senador Bisol, independentemente de sua viabilização, sinaliza o rumo correto para o Brasil. E especialmente para a CPI. Mas o jogo de forças em seu interior não é tão simples como parece. O próprio senador gaúcho admite que há resistência em seu interior para investigar todas as ramificações do esquema de corrupção que foram levantadas pelo escândalo do Orçamento. Mas Bisol promete que, se isso não for feito pela CPI, ele e os outros parlamentares de esquerda farão as investigações necessárias e encaminharão os seus resultados para a própria CPI ou para a Justiça.

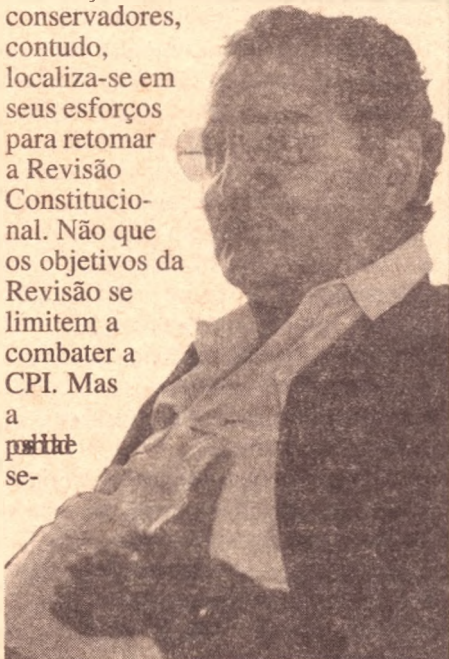
Para José Dirceu, do PT de São Paulo, o nó da CPI está na inexistência de um bloco que a hegemonize, dando-lhe um rumo. "Os setores progressistas necessitam buscar aliados para que o seu prazo final

seja prolongado." Segundo o deputado, não houve tempo para que as subcomissões mais importantes — a dos bancos e a patrimonial — pudessem concluir os seus trabalhos. "O importante", diz ele, "é que fosse feito um relatório parcial, propondo as cassações que já estivessem sustentadas por provas, deixando o relatório final para depois, quando os trabalhos estivessem efetivamente concluídos."

Enquanto os setores progressistas se movimentam, inclusive fora do Congresso, os conservadores também agem, seja através do presidente da CPI Jarbas Passarinho, do PPR, que criticou as subcomissões "que passam informações à imprensa", ou do presidente da Câmara Federal, Inocêncio de Oliveira, que na semana passada tentava articular um movimento contra o que ele chama de excesso de participação de deputados petistas e de outros partidos de esquerda nas sessões da CPI.

A ação mais consistente dos conservadores, contudo, localiza-se em seus esforços para retomar a Revisão Constitucional. Não que os objetivos da Revisão se limitem a combater a CPI. Mas a

parte se-



Bisol: investigação até o fim

dutora de matar dois coelhos com uma só cajadada tem levado o PMDB, o PFL e o PPR, principalmente, a recusarem o adiamento da Revisão mesmo após o afastamento de Ibsen Pinheiro da relatoria de seu regimento. A Revisão não pode resolver tudo, mas em andamento pode funcionar no mínimo como um debate concorrente à CPI.

José Américo Dias

No dia 7 de novembro, um domingo ensolarado, a orla marítima do Rio de Janeiro parecia reviver a mobilização que forçou o impeachment de Collor. Milhares de pessoas — dependendo do jornal, o número de participantes foi estimado em dez ou vinte mil — fizeram uma passeata do Leme ao Leblon, contra a impunidade, pela ética na política e exigindo que a apuração feita pela CPI do Orçamento vá às últimas conseqüências, de forma que os culpados possam ser punidos exemplarmente. Foram oito quilômetros, com todos os participantes vestidos de branco e sob os aplausos de quem estava nas janelas. Tudo, de fato, muito parecido com as passeatas do impeachment.

Essa foi a primeira de uma série de manifestações que, com certeza, vão ocorrer em todo o país. E é animador que a primeira das manifestações tenha tido essa dimensão. Afinal, basta lembrar do processo de impeachment: alguém se atreve a considerar que sem a pressão das ruas Collor teria sido afastado?

A passeata realizada no Rio nos traz uma outra lição. Ela mostra que o povo, embora cansado da maioria dos políticos e da política desenvolvida pelos governantes, não está desesperançado.

Afinal, só vai para as ruas quem tem esperança de mudar as coisas.

Mas a importância da mobilização popular não pára aí.

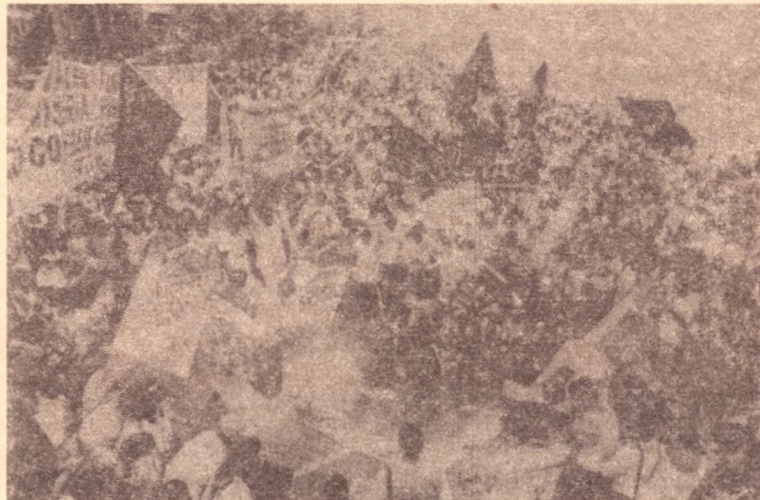
Mesmo que chamadas em torno do objetivo de forçar a apuração da bandalheira, as manifestações de rua acabam trazendo outras conseqüências muito positivas para os trabalhadores e para o país.

Em primeiro lugar, ajudam a barrar a Revisão Constitucional, na medida em que colocam a maioria conservadora do Congresso na defensiva. Elas hoje, concretamente,

ajudam a dificultar até mesmo o início do processo de revisão. dado que o presidente desse processo, o senador Humberto Lucena, assim com o seu relator, o deputado Ibsen Pinheiro, estão entre os acusados.

Mais: quanto mais expressivas forem as manifestações de rua, e quanto maior for a pressão popular, mais clara ficará para a opinião pública a falta de autoridade política e moral desse Congresso para efetuar a revisão, pelo menos até que todas as denúncias fiquem absolutamente apuradas. E no passo em que vão as coisas, a cada dia surgem mais envolvidos. Um pouco mais e chegaremos aos "trezentos picaretas" mencionados por Lula.

Por fim, é preciso levar em conta



Cariocas dão exemplo para todo o Brasil

que, quanto maior a participação direta da sociedade na política, melhores serão as condições para a eleição de Lula e para a afirmação de projetos de mudanças profundas no país.

Manifestações de rua num momento em que o Congresso está profundamente desacreditado e que o presidente da República dá seguidas mostras de inapetência para o exercício do cargo, chegando, ele próprio, a colocar em pauta a antecipação das eleições, é da maior importância. Até porque, se continuar a crescer essa tendência de vazio de poder, com ou sem a realização de eleições gerais antes da data prevista, a democracia só terá a ganhara se o vazio for ocupado pelo movimento popular.

*Jorge Bittar
Líder da Bancada do PT na Câmara dos Vereadores do Rio*

VOCÊ JÁ VIU...

Um distinto empresário lendo *Capricho*?

Um boyzinho ouvindo a *Voz do Brasil*?

Uma freira na banca comprando *Playboy*?

Se viu é porque a exceção confirma a regra. Então, se liga. Já que você se considera de esquerda, progressista e gosta de estar por dentro do que rola no movimento popular, sindical e na política em geral, nada melhor do que ouvir um programa onde a notícia sai *purinha*, sem ser batizada pelo dono da emissora.



Rádio dos Bancários, onde você tem voz e vez. De segunda a sexta, das 7h às 9h. Gazeta Am. 890. Pra quem mora fora de São Paulo é só sintonizar em Ondas Curtas - 31m - 9.685 Mhz ou 49m - 5.955 Mhz.

O DILÚVIO VEM AÍ



Ibsen não é mais o relator

A corrida presidencial já começou. A questão é saber se o país suporta esperar as eleições e a posse.

Ao contrário do ano João Alves, falta sorte às elites brasileiras. A "transição do autoritarismo para a democracia" foi atrapalhada pelas Diretas e surpreendida pela morte de Tancredo, desembocando na campanha de 89, onde quase perderam a presidência. O governo Collor, que levaria o país para o primeiro mundo, terminou no impeachment. O governo Itamar, pretendido de "unidade nacional", frustrou todas as expectativas (de quem as tinha). O plebiscito sobre sistema de governo, passaporte para a modernidade, terminou com a vitória do presidencialismo. E agora, a revisão constitucional...

Bem, a revisão tinha tudo para ser diferente. Afinal, não se tratava de um tema de apelo popular, o que dificultaria as tentativas de obstá-la. Tanto é assim que mesmo as entidades contrárias à revisão não conseguiram mobilizar o conjunto de seus filiados. Isso para não falar dos que viam a luta contra a revisão como necessária para poder participar em melhores condições.

E assim foi. Pouca mobilização, alguns enfrentamentos parlamentares, mas o rolo compressor do conservadorismo foi vencendo as resistências e viabilizando a revisão. Aí surgiu Zé Carlos e suas denúncias na CPI do Orçamento,

realizando em dias o que a esquerda não conseguiu fazer em meses: paralisar a revisão.

Não é para menos. As denúncias de corrupção envolviam as principais lideranças do Congresso e da revisão, líderes do PMDB, o presidente do Senado, ex-ministros e inclusive Ibsen Pinheiro, então relator do Regimento da Revisão, tido e havido

como um interlocutor das esquerdas, um homem progressista, um prócer da Casa. A lama que invadiu Brasília fortaleceu quem dizia que a revisão seria um espaço para negociações. E criou dúvidas no campo adversário: figuras de peso, como Sarney, propuseram o adiamento.

Crise grave

Algumas notícias revelam a gravidade da crise. Pedro Simon atribuiu a Itamar a disposição de renunciar, abrindo caminho para a antecipação das eleições. Jarbas Passarinho, presidente da CPI, é apresentado como alternativa presidencial, seja em 1994, seja em eleições indiretas — caso Itamar de fato renuncie. Roberto Freire pediu a cabeça de Humberto Lucena e de Ibsen Pinheiro, e conseguiu a deste último. Alexandre Costa, ministro de Itamar e amigo de Sarney, recusa-se a sair do governo; enquanto Itamar vacila em demití-lo, Sarney prepara um desembarque federal. O esquema quercista/sarneico, através

da revista *Istoé*, acusa o ministro da Fazenda de ter burlado o fisco. As denúncias envolvem, direta ou indiretamente, os governadores Fleury e Roriz. No Rio Grande do Sul, uma CPI investiga o governo Collares. Em Minas, o PT propõe à Assembleia Legislativa uma CPI contra deputados envolvidos em corrupção.

O nervosismo das elites pode ser medido pelo quase assassinato do ex-governador paraibano Tarcísio Burity, alvejado pelo atual governador Cunha Lima, que foi preso em flagrante, mas já está em liberdade e argumentando o "legítimo direito de defesa da honra". Ou então pela troca de torpedos entre o empreiteiro Cecílio Rego de Almeida e a OAS, vinculada ao governador Antonio Carlos Magalhães, que até agora conseguiu passar despercebido. Ou ainda pelas discussões em curso na Fiesp, que afirmam ter a CPI se transformado em "palanque eleitoral", influenciando na corrida presidencial e podendo ter desdobramentos gravíssimos.

Para onde vai a CPI?

Nesse contexto, as elites continuam tentando viabilizar a revisão. Mas para que isso tenha significado ou viabilidade, é preciso que a CPI dê alguns resultados. Isso implica em punir gente miúda e graúda, que não está disposta a cair sozinha. É essa contradição que faz



Lucena: mesma sorte de Ibsen?

mal à saúde do senador Passarinho: ele bem que gostaria de punir uns poucos e terminar a CPI sem muito barulho, dentro do prazo regimental. Mas a troca de chumbo entre os vários grupos da

direita, entre os presidenciais, e da esquerda contra todos, torna isso cada vez mais difícil. E as manifestações populares na Bahia e no Rio mostram que a população volta a se movimentar.

Mesmo que consigam quórum para votar o regimento da Revisão, mesmo que consigam cassar os ladrões mais notórios, mesmo que Ibsen, Genebaldo e Lucena se afastem, ainda assim os trabalhos revisionais entrariam 94 a dentro, sob a desconfiança popular, a obstrução da esquerda e a proximidade das eleições.

Como dissemos no início deste artigo, falta sorte às elites. A questão é saber até quando elas se disporão a suportar democraticamente este clima que, segundo Ricardo Fiúza, lembra o da Revolução Francesa. Quais as suas saídas? Há as saídas não-institucionais, em suas muitas variantes. Há a possibilidade de renúncia do presidente. Fala-se em antecipação de eleições, proposta que conta com forte simpatia na esquerda. Em qualquer caso, uma

Lula 94

AFORÇA DE UMA BOA IDEIA

A viabilidade da candidatura de Lula e do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1994 foram comprovadas no Seminário Nacional Sobre Programa de Governo 94, realizado na Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, dias 5 e 6 de novembro. "Basta uma boa ideia e gente disposta a levá-las à frente", disse Cesar Benjamin, coordenador adjunto do programa de governo. Apesar da falta de estrutura e de dinheiro, vinte e cinco mesas com 125 expositores discutiram, com um público diário aproximado de mil pessoas, as linhas e a orientação geral do programa partidário das próximas eleições.

Esta foi a primeira atividade com tal envergadura, avaliou o coordenador de Programa de Governo, Marco Aurélio Garcia, da qual participaram expositores de São Paulo, Rio, Minas, Bahia e Brasília. Para Garcia "o seminário

Mais de mil pessoas participam de seminário para elaborar programa de Lula

foi um sucesso e atingiu totalmente os objetivos", já que além de militantes e simpatizantes do PT e outros partidos, ele atraiu também pequenos empresários. Entre os expositores incluíam-se intelectuais que iam do PSTU ao PSDB, transformando-se numa verdadeira prévia de palanque do segundo turno eleitoral. Garcia reiterou que o primeiro texto sobre o programa de governo deverá ser entregue à direção do PT em dezembro.

Ovacionado na abertura, Lula alertou que o PT precisa "chegar lá e promover as mudanças". Não dá para chegarmos lá e dizermos que não dá para fazer". Segundo Cesar Benjamin, as possibilidades do partido de ganhar as próximas eleições ficou evidente porque a "sociedade mostrou que nos recebe afetuosamente". Exemplos disto foram, não só o fato

de virem três, ao invés de um representante da Escola Superior de Guerra, como foi solicitado, mas também a presença de vários representantes dos diferentes partidos e mesmo o empenho do professor Cândido Mendes que garantiu espaço e estrutura para a realização do Seminário. Ele integra a direção do PSDB.

De fato, porém, a área militar acabou se tornando símbolo desta tendência geral da sociedade em relação ao PT, ao enviar representantes que trataram da relação da democracia e a questão militar da ordem interna e a questão da Amazônia. "A sociedade reconhece o PT, reiterou Benjamin, não só como uma força mas uma alternativa real para a sociedade. Por isto, segundo ele, o partido deve "ousar e se colocar à altura do

que a sociedade espera dele".

O seminário, disse Garcia, abordou diversas questões temáticas, e não se caracterizou em nenhum momento pelo corporativismo. Questões específicas foram tratadas ao lado de temas mais gerais como a outras questões mais gerais como cidadania, violência, direitos humanos e educação. Esta foi a situação de temas como mulheres e negros, ao contrário da fome que, além de aparecer em outros temas, mereceu uma mesa específica tratando do problema do abastecimento.

Benjamin lembrou que o estado de Minas Gerais também realizará outro seminário de igual porte ou maior. Informou que, entre os cariocas, começa agora o que ele chama de fase de aproveitamento do êxito. Isto significa editar até dezembro as 130 horas de fitas dos debates realizados.

Hamilton Cardoso

Francisco

Sociólogo, professor titular de Ciências Políticas na USP, o professor Francisco Weffort, autor dos livros *Por Que Democracia?*, *Populismo na Política Brasileira e Qual Democracia?*, entre outros, foi membro da Executiva Nacional do PT durante a década de 80, quando ocupou o cargo de secretário-geral

Como você analisa a situação atual do Brasil diante das denúncias de corrupção e da CPI do Orçamento?

Eu acho que o país reage; o país não está morto. Da mesma forma que o impeachment de Collor foi uma prova de vitalidade política, esta CPI também mostra vitalidade. Você tem meios de comunicação que funcionam, e uma opinião pública atua. O país está vivo. Mas ele não tem tido capacidade institucional de encaminhar, através dos partidos, soluções;

este é que é o problema. Então, por que é que eu sou otimista? Sou otimista porque faço dois raciocínios: 1º, eu acho que o fato de o Lula sair na frente na disputa de 94 significa que ele vai obrigar os grupos políticos no Brasil a se organizarem. O PT, que nasceu para organizar os trabalhadores, irá sem dúvida além disso; ele vai forçar a organização também de seus próprios adversários. Pelo fato de alguns setores temerem tanto a vitória de Lula eles vão procurar se articular no quadro democrático para oferecer uma alternativa anti-Lula, ou seja, uma alternativa conservadora para o Brasil. E eles vão ter

que assumir as responsabilidades políticas que isso significa. Isso é um raciocínio de otimismo em relação à democracia. Eu digo que isto é uma perspectiva otimista pois é a perspectiva de organização política de um país que nunca foi organizado. O 2º raciocínio que eu faço, e que também é otimista, é que, desta eleição de 94, ou o PT sai como principal partido do governo no Brasil, ou ele sai o principal partido de oposição no Brasil. Nas duas hipóteses, o país estará se organizando mais do ponto de vista político, e vai poder tomar as decisões que a situação exige.

Quais os problemas de fundo da crise nacional?

Acho que nós temos dois grandes problemas hoje, extremamente graves. Um deles é o dessa indecisão do sistema. Neste item eu sou otimista porque, como já disse, acho que o Lula

e o PT vão ajudar a quebrar essa indecisão. Outro item é o do nível de deterioração que alcançou o sistema do ponto de vista ético, do ponto de vista moral. Corrupção na Justiça, no sistema partidário, no Congresso e no Executivo, há um apodrecimento do sistema. Eu, neste ponto, tenho a expectativa de que este clima da opinião pública, que é muito forte, seja capaz de demover as causas da deterioração. Um problema é um sistema que não decide; outro problema é de um sistema que se deixa corromper, são duas debilidades no sistema. Eu sou otimista porque acho que dentro da democracia

brasileira você tem anticorpos tanto para o item indecisão quanto para o item corrupção. Nós estamos combatendo as duas coisas.

A figura emblemática da indecisão do sistema é o Itamar. Não sei se você viu na *Folha*, o Clovis Rossi pediu uma entrevista para o Itamar através do assessor de imprensa, Francisco Baker. O Itamar deu uma respostinha assim: "Cadáver não fala". É realmente isso, o presidente da República não fala, ele não tem o que falar. Outro emblema da indecisão política, o Fernando Henrique, que é certamente um ministro brilhante, critica o governo todo dia, mas ele é a peça fundamental do governo. Se ele fosse só o professor da universidade ele poderia criticar o governo a qualquer hora, mas ele como ministro passa o tempo dizendo o que o governo deve fazer. Não é isso que eu quero ouvir dele, eu quero ouvir dele o que é que o governo está fazendo.

Há uma tendência de persistir a crise brasileira?

Há. Mas, de qualquer forma, depende muito do que virá em 94. No meu entendimento ninguém vai ganhar em 94 falando apenas para os setores que conseguem de alguma forma se proteger da crise. Ou seja, se Lula quiser ganhar em 94, ele vai ter que falar com o povo pobre desorganizado, aliás ele já sabe disso, senão não teria feito essas viagens pelo Brasil, que ninguém ficou sabendo com exceção dos pobres que estavam lá. O Lula sabe que ele tem que falar com os setores mais pobres da população, se ele deseja ganhar as eleições de 94, e se ele quiser mudar a política do país. Ele vai ter que organizar uma outra massa. Não basta organizar os metalúrgicos de São Bernardo, os metalúrgicos de São Bernardo estão organizados, não basta organizar os professores da USP, os professores da USP estão organizados...

Você tem que organizar o professorado primário, que ganha menos de um salário mínimo na maior parte do Brasil. É preciso organizar a massa pobre do povo que ganha uma miséria. Ou seja, isto pelo lado de



Weffort

Por Hamilton Cardoso

uma alternativa com o PT, mas pense numa alternativa conservadora. Nenhuma alternativa conservadora no Brasil vai ser capaz de ganhar uma eleição se não falar também para esse povo lá embaixo.

A revolta e o pessimismo de parcelas da população não podem atrapalhar a busca de saídas?

Há um lado que eu acho que é saudável nisto. Existem segmentos de opinião pública da classe operária, classe média, de uma opinião pública politizada no país, que já não suporta mais, não agüenta mais, não só a corrupção, mas a corrupção e a ineficiência do sistema político. O problema é que muita gente no meio da população tem consciência de que o imposto que ele paga é mal usado, tanto porque eventualmente o dinheiro é desviado para outras finalidades quanto pelo fato de que o dinheiro não é usado para as finalidades para o qual foi conseguido. Então, você tem um cansaço, a população politizada, a população organizada, a população que paga imposto, esta população que é pequena, está cansada da corrupção do Estado e da ineficiência do Estado.

O regime militar de 64 se forjou também em cima dessa idéia do combate à corrupção... Você acha que os militares poderiam se beneficiar outra vez deste clima?

Exatamente. O golpe de 64 foi feito contra o comunismo e contra a corrupção, e se você procurar por aí conversando com as pessoas você não vai ver nas pessoas uma lembrança muito viva da corrupção no regime militar, mesmo porque a imprensa não divulgava, era extremamente difícil de se fiscalizar as coisas no regime militar. Agora, isto à parte, eu não tenho dúvidas de que se a apuração ficar no meio do caminho, os militares vão ganhar em prestígio.

E isso pode significar reforço a articulações golpistas?

Eu não acho que o Brasil esteja excluído da hipótese das tentativas ao estilo da Venezuela, tentativas de fujimorização, ao estilo do Peru, tentativas ao estilo do golpe que se tentou na Guatemala. Eu não acho que o Brasil esteja fora dessas possibilidades. E aliás eu acho surpreendente que nós tenhamos sobrevivido nesta transição tão precária durante tanto tempo com governos que não governam. Esse é que é o grande problema. Com exceção do Plano Cruzado, por um ano, o Sarney não governou. Depois

veio o Collor que foi aquela loucura e agora o Itamar que está empatando tudo. O surpreendente é que o país tenha um pulso político social e econômico para sobreviver sem governo.

Qual a relação que você vê entre o que acontece aqui com a Itália da Operação Mãos Limpas, ou com a luta contra a corrupção no Japão?

No Japão isso é meio rotina. O Japão, como muitos outros sistemas políticos democráticos, tem a sua cota de corrupção. Os escândalos no Japão são mais ou menos rotineiros. Não que eles tenham um nível de corrupção mais alto do que nos outros lugares; o que eles têm é um nível de controle mais alto do que nos outros lugares. Eu acho que a grande novidade é a Itália, porque a Itália é uma democracia moderníssima, misturada com um corporativismo que pega todos os poros da sociedade e com uma peculiaridade

que só a Itália teve na Europa, que era de ter um partido comunista forte que não podia chegar ao poder, o que significava uma espécie de absolvição para tudo o que a democracia cristã quisesse fazer. Então, nós vimos que a corrupção está em que áreas? A corrupção está na área da Democracia Cristã e está na área do Partido Socialista e são os que tiveram e têm estado no poder na Itália desde 1945. O fato de que na Itália não tenha podido haver uma alternância de poder, porque o outro lado do jogo seriam os comunistas que não podiam chegar ao governo porque o sistema político internacional impedia. Isso abriu a possibilidade dessa coisa estranhíssima que é um nível de corrupção altíssimo numa das democracias mais modernas do mundo. Isso é tanto assim que na Itália o combate à corrupção não se tem feito tanto pelo lado do Congresso quanto pelo lado da Justiça. O sistema judiciário italiano, que é diferente do

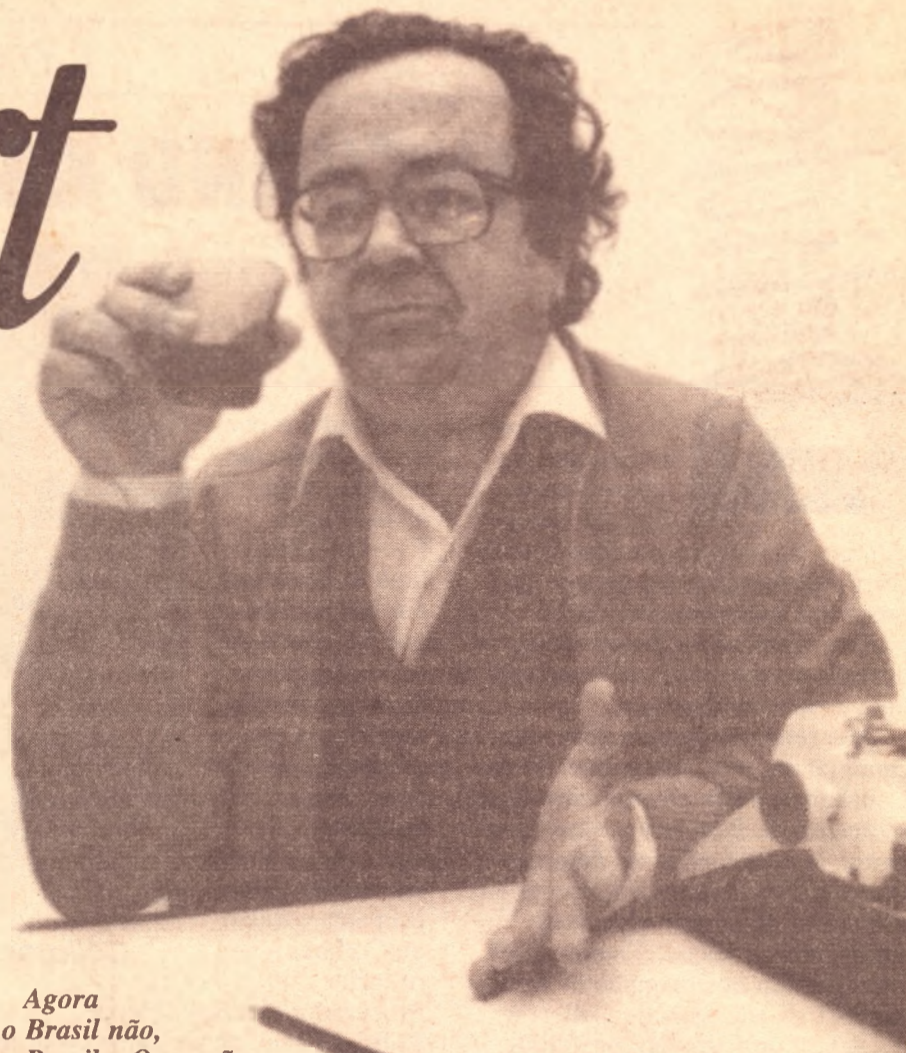
nosso, teve de enfrentar a Máfia e as Brigadas Vermelhas (Brigatte Rosse). Os juízes aplicavam penas que, depois, os dois grupos respondiam com tiros. As Brigadas

Vermelhas em geral atiravam nas pernas dos juízes e a Máfia mandava matar, como matou vários na Sicília. É preciso entender que os juízes italianos não são fantásticos, eles não são super-heróis, eles cansaram de morrer, eles cansaram de levar tiros.

O nível de corrupção chegou a tal ponto que os caras lá começaram a encontrar formas de luta que nós não imaginariamos, e aí veio a Operação Mãos Limpas.

A figura emblemática da indecisão do sistema é o Itamar.

Não se pode afastar o risco de uma tentativa de fujimorização do Brasil ou de um golpe militar.



Agora no Brasil não, no Brasil a Operação Mãos Limpas à brasileira está vindo pelo Legislativo...

A Operação Mãos Limpas brasileira vem pelo Congresso e a Justiça não diz bolacha. É que o Judiciário, pelas regras institucionais brasileiras, precisa ser acionado, isto é, alguém tem que apresentar uma queixa aos juízes e solicitar deles a intervenção. Isto vai ocorrer numa etapa mais adiantada do processo. Eles não tomam iniciativa. Os promotores, por sua vez, poderiam tomar a iniciativa de apresentar denúncias, mas mesmo eles andam muito atrasados em relação às investigações.

O Brasil vive um processo de revolução democrática; nesse sentido está à frente da Itália.

O outro aspecto que tem marcado a história brasileira recente é a emergência de movimentos por cidadania, luta contra a fome... Você acha que estes movimentos podem modificar as instituições?

Eu não acredito, no Brasil eu não acredito. Eu acho que as saídas para o Brasil vão depender do crescimento dos partidos, do crescimento dos movimentos por mais meio século. Toda esta conversa que tem por aí de que as instituições estão mudando vai depender do crescimento da democracia representativa por mais meio século. Tudo que você achar que é importante, é importante mas vai ter que crescer mais, porque o Brasil é enorme e é atrasadíssimo. Há pessoas que fazem um raciocínio sobre os fenômenos brasileiros como se o Brasil estivesse num mesmo estágio de amadurecimento dos problemas que tem a França, ou que tem a sociedade americana, e não é. Quer dizer: retomar o desenvolvimento econômico do país é uma reivindicação absolutamente elementar. A sociedade tem um nível baixo de organização, cresceu muito dos anos 60 para cá, mas ainda é muito baixo. As pessoas que defendem a tese de que os sindicatos vão perder função porque a estrutura do sistema econômico está mudando e os sindicatos perdem posição porque as suas funções já não são as mesmas que

eram, isso é verdade para a França. Aqui você vai ter que fazer sindicato, você tem sindicato em São Paulo, mas não tem em Salvador, e se você tem em Salvador, você não tem em Feira de Santana...

O que há de peculiar no processo brasileiro de combate à corrupção e consciência de cidadania?

O Brasil está num processo de revolução democrática. Eu acho que isto que é específico do Brasil.

E neste sentido vamos nos lembrar que, no esforço pela moralização dos costumes políticos, o Brasil está na frente da Itália, porque o Brasil é o primeiro caso na história que se conhece de um impeachment a um presidente da República... Você pergunta, o que é que está havendo aí? Eu acho que isto é parte de um processo de revolução democrática significando o seguinte: um processo pelo qual esta sociedade, que é brutalmente desigual e na qual você tem cidadãos de primeira, segunda, terceira, de quarta classe, vai passando para o plano político uma noção de igualdade da cidadania. Os movimentos de reivindicação da cidadania são tão fortes porque esse país é terrivelmente desigual. Por que a revolução democrática está e vai continuar? É porque existem tarefas da revolução democrática que já foram cumpridas há 50 anos nos vários países do mundo e que aqui não foram cumpridas e não vão ser cumpridas nem em 30 anos. O que é peculiar ao processo brasileiro? Eu diria que o peculiar ao processo brasileiro é o processo de democratização política, que é a democratização política na qual nós vivemos desde o fim do regime militar que vai trazendo para o meio da sala de jantar todos os problemas sociais que nós herdamos de 400 anos de formação histórica. Isto é peculiar.

INFERNO ASTRAL DE COLLARES



Collares: dilema ético

Com menos de um mês de investigações, a CPI da Extorsão, que investiga os escândalos de corrupção no governo gaúcho, já provocou suas primeiras baixas -- o próprio governador Alceu Collares desistiu do seu sonho de concorrer a uma cadeira no Senado.

Sua renúncia líquida com outra candidatura, a de sua mulher Neuza Canabarro, misto de primeira-dama, secretária de Educação e eminência parda, que pretendia ser deputada federal. O atingido mais recente é o secretário de Desenvolvimento Econômico e Social, Claudio Ryff Moreira, um dos disputantes dentro do PDT da sucessão de Collares.

A CPI da Extorsão, presidida pelo deputado petista Flávio Koutzii, descobriu que a empreiteira de Ryff Moreira realizou diversas obras para o governo

do Estado, o que é expressamente proibido pela Constituição Estadual. Ryff tentou amparar-se em um parecer por ele solicitado à Procuradoria Geral do Estado, que afirma ser possível esse tipo de negócio. Acabou envolvendo mais um integrante do primeiro escalão de Collares -- o próprio

Procurador Geral do Estado, Gabriel Fadel, desde então colocado sob suspeição por ter assinado o parecer.

A maracutaia respingou também na secretária Neuza -- quase todas

as obras são da sua área. Essas últimas denúncias acirraram a cisão do PDT e do governo do Estado. Dentro do PDT se organizou formalmente o movimento de resistência trabalhista, que pediu a imediata demissão de Neuza, Ryff e ainda do chefe da Casa Civil, Sérgio Porto. PC do B e o PSDB, aliados do PDT no

governo do Estado, também reivindicaram o afastamento de todos os envolvidos no escândalo. Sem sucesso -- Collares mantém-se na ofensiva, atacando os integrantes da CPI.

Outra negociata que tem recebido atenção da CPI é a da intermediação do pagamento de ICMS em atraso com produtos, especialmente o do caso do frigorífico Cidade, de Bagé (terra natal de Collares). Um dos acusados é o advogado Marcelo Carvalho, ex-velho amigo de Collares, que assegurou em depoimento à CPI que o governador o estimulou a prosseguir na intermediação. Enquanto isso, aguardam no Presídido Central para prestar depoimento dois outros importantes personagens -- Tomaz Costa e Celestino Ignácio Elizeire Junior irmão de Neuza Canabarro). Eles foram presos pela Polícia federal por tráfico de drogas e são acusados de extorsão para liberar pagamentos por obras feitas para o governo do Estado e também de intermediar empréstimos bancários e vitórias em concorrências públicas.

Nos Estados

Santa Catarina

O PT catarinense, reunido no último dia 6, ratificou por unanimidade a política de frente popular seguida naquele Estado. Ao mesmo tempo, foram escolhidos os candidatos que o PT apresentará à frente popular, composta pelos seguintes partidos: PT, PCdoB, PPS, PDT, PSB, PV, PSDB, PCB, além do MSR.

Os nomes escolhidos pelo PT foram: Milton Mendes, deputado estadual, candidato ao governo; e Luci Choinaski, deputada federal, para o Senado. Outro nome que está à disposição da frente é de Jailson Barreto, do PSDB.

Minas Gerais

O PT reuniu-se no último dia 6 de novembro. Como não há nenhum candidato, o assunto

voltará a ser discutido em dezembro. Até lá, prosseguirá o debate sobre o programa de governo. A bancada estadual do PT entrou com um pedido de CPI contra deputados envolvidos em casos de corrupção.

A bancada governista negou o pedido, que poderia atingir os governos de Newton Cardoso e Hélio Garcia. Para viabilizar a CPI, o PT deflagrou uma campanha de massas, que pretende reunir 100 mil assinaturas em 15 dias.

Goiás

As prévias para escolher o candidato do PT ao governo do Estado vão ocorrer no próximo dia 15 de novembro, sendo disputadas por três pré-candidatos; Athos Pereira, Luiz Antonio e Enio Brito. Mas a notícia quente é a decisão

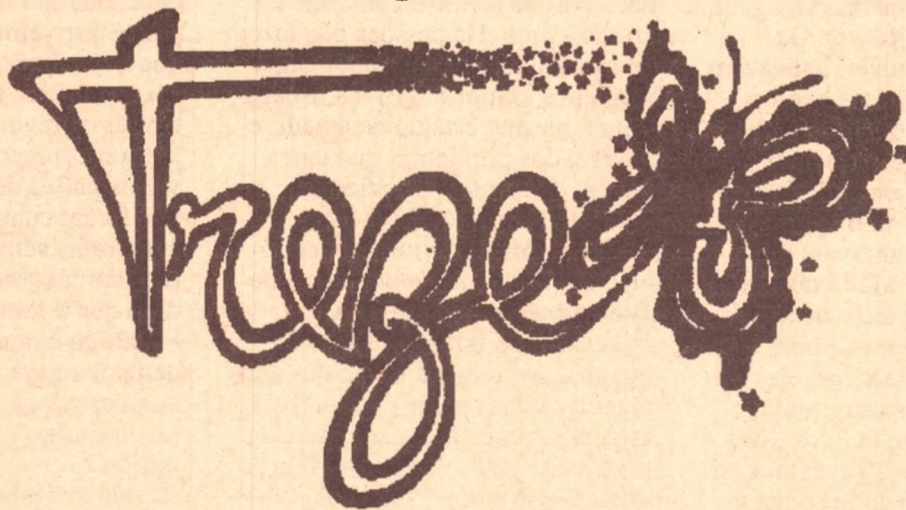
da executiva municipal de Goiânia, que suspendeu do partido o vereador Djalma Araújo, por este ter comparecido ao lançamento da candidatura de Ronaldo Caiado (PFL) ao governo do Estado.

Rio Grande do Sul

A coluna "Nos Estados" recebeu carta de Adeli Sell, secretário geral do PT gaúcho, fazendo os seguintes reparos às informações contidas no Brasil Agora 49; "Só fala de possíveis candidatos ao senado, Bisol e o vice-prefeito Raul Pont. Esta discussão não existia na direção até três dias atrás, quando foi feita a primeira discussão no grupo de trabalho eleitoral. Os nomes são muitos. Mas o central da discussão é o perfil. Além disso, há dúvidas entre nós se Raul Pont, como vice-prefeito, poderia con-

correr. É um nome de peso, daria visibilidade, está no perfil que traçamos. Mas nós, muitos de nós, temos dúvidas... Nenhum deputado do PT faz 90% de votos em sua cidade. Casagrande fez mais de 60%, o que é muito, mas é diferente de 90%. Segundo nossa sub-comissão do GTE demeritoriamente dos outros partidos, o PMDB gaúcho não está mais quercista, quem era continua sendo. Mas é muito mal visto aqui, principalmente dentro do PMDB. Há setores do PMDB que buscam se diferenciar do PMDB nacional há muito tempo e cada vez mais, Simon dá indicativos ao PT de que a distância política que nos separa aqui no RS é menor, cada vez menor. Outra coisa e se isto corresponde a verdade poderíamos fazer uma boa discussão".

**MAIOR VARIEDADE E MELHOR QUALIDADE
COM AS MELHORES
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



**LOJA CDM
PT - SP**
Rua Pedro Taques, 70 - Consolação
São Paulo/SP 01415-010
Fone: (011) 37-6651 - Fax: (011)258-5761

Uma loja para quem não tem medo de ser feliz



Peru

FUJIMORI AINDA QUER A REELEIÇÃO



Fujimori: é fiel ao adjetivo que ele próprio criou

O plebiscito do último dia 31 de outubro, quando a sociedade peruana aprovou por pequena vantagem a nova Constituição, sancionada pelo "Congresso Constituinte Democrático" (CCD) em setembro, criou um novo quadro político no país. Embora mais de 50% dos peruanos tenha aprovado a proposta do presidente Alberto Fujimori, o país saiu desse referendo dividido ao meio e começa a ganhar força uma palavra que desde o auto-golpe de 5 de abril de 1992, quando Fujimori dissolveu o Congresso, estava esquecida: "concertacion" (conciliação).

A escassa diferença de votos entre os partidários do SI do NO à nova CONSTITUIÇÃO, que entre outras coisas permite a reeleição presidencial e a pena de morte para casos de "terrorismo", acertaram em cheio as pretensões do oficialismo que, convencido do aparente êxito contra a organização guerrilheira Sendero Luminoso e a distribuição de favores aos setores mais pobres do país esperava um triunfo esmagador nas urnas. O sonho do núcleo de poder próximo a Fujimori era alcançar mais de 60% dos votos e abrir caminho para que ele governasse tranquilamente até o fim de seu mandato, em 1995, postulando em seguida a reeleição. Mas os 52,9% de votos favoráveis contra os 47,1% de oposição vieram estragar a festa.

O julgamento das Urnas

Anunciado pelo próprio governo como um plebiscito sobre os três anos e meio de Fujimori no poder, parece que o oficialismo caiu na própria armadilha, comemorando vitória antes da hora. Menos propenso a crer que o senderismo está derrotado e desamparado diante da miséria cotidiana crescente, o chamado "Peru profundo", o da serra e da selva, oprimido e milenário, deu as costas ao projeto hegemônico de Fujimori. Dos 24 departamentos (estados) que formam o país, 14 disseram não à nova Constituição. Em alguns estados a rejeição foi tão grande que surpreendeu a governistas e também, opositores. Em Ayacucho, onde no final dos anos 60 começou a gestar-se o Sendero, e no início de 1980 iniciou-se a luta armada, o voto contrário à Constituição alcançou 55% e em Puno, à beira do lago Titicaca, na fronteira com a Bolívia,

77,6% do eleitorado disse NÃO a um texto que coloca em cheque um aspecto vital para os habitantes do interior do país.

O ensino gratuito, contemplado na Constituição anterior, mas agora só aplicável aquelas que provêm falta de condições para pagar os estudos. Pode parecer pouco, mas para aqueles comunidades camponesas onde o Estado não tem quase presença real e as relações de trabalho ainda guardam características pré-coloniais, a educação é o único meio de ascensão social.

Para entender melhor o alto percentual de votos negativos, se deve considerar também a profunda religiosidade do povo peruano, que não teve como conciliar suas crenças espirituais com a adoção da pena de morte defendida com capa e espada por Fujimori para os supostos crimes de terrorismo. Em Lima por exemplo, no próprio mês de outubro acontece a procissão do "CRISTO MORADO" que dura três dias e mobiliza centenas de milhares de peregrinos, que percorrem as ruas da cidade carregando a imagem sagrada. A cena se repete em todos os pontos do país.

A campanha publicitária do governo pelo SIM à Constituição,

agressiva e milionária, teve êxito nos centros urbanos, sobretudo em Lima, onde as declarações sempre polêmicas de Fujimori conseguiram sensibilizar a uma sociedade que aplacou em primeiro plano a segurança pública, acima das preocupações com uma economia que aprecie não encontrar seu rumo, apesar dos baixos índices de inflação dos últimos meses (1,5% em outubro), ainda que o desemprego e o subemprego (totalizando 60%) continuem golpeando a população.

Guzman acuando?

As cartas do líder senderista Gusman, preso desde 12 de setembro do ano passado, nas quais virtualmente reconhece sua derrota na guerra contra o Estado peruano, com 25 mil mortos, tiveram o efeito de um bálsamo para uma sociedade que mede a sua segurança em função do número de vítimas dos atentados explosivos da organização guerrilheira. Os três textos de Guzman apresentados à opinião pública pelo governo durante o mês de outubro, o último deles a apenas dois dias do plebiscito, alcançaram em Lima o efeito esperado por Fujimori: votar

Sim a Constituição significaria dar ao governo a possibilidade de derrotar definitivamente o senderismo "Antes que acabe o meu mandato", dizia Fujimori em campanha.

Entretanto, outros dos objetivos dessa pregação, a desmoralização dos membros da organização, apresentando ao público todos os encarcerados e dispostos a negociar o fim da guerra, parece que não deu resultados satisfatórios. As informações dão conta de que os chefes guerrilheiros que ainda estão na clandestinidade se recolhem para reorganizar suas forças militares. Embora ninguém duvide da liderança do "Presidente Gonzalo" (Guzman), para os senderistas a quarta espada do socialismo mundial depois de Marx, Lenin e Mao, o Partido Comunista do Peru - Sendero Luminoso já teria um novo condutor político-militar disposto a prosseguir com as ações armadas.

Novo Equilíbrio

Além do fracasso político do governo de Fujimori, que não obteve os resultados esperados, fica a sensação de que o Peru está diante de um novo reordenamento das forças políticas e sociais. Sem recursos econômicos para realizar uma campanha como a oficial, mas com um intenso trabalho de "boca a boca", a chamada 'Concertacion por el NO', que agrupou desde o APRA do ex-presidente Alan Garcia (atualmente asilado na Colômbia), a direitista Ação Popular do também ex-presidente Fernando Belaúnde Terry, o conservador Partido Popular Cristiano, os partidos de esquerda e organizações de base como a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), entre outros, conquistou o direito de disputar um espaço de poder que há algum tempo era propriedade particular de Fujimori. Com a legitimidade que lhe deu os 47,1% obtidos no plebiscito, a oposição se sente em condições de reclamar mudanças nos rumos da política econômica e social e com o impulso necessário para com um candidato único, como andam conversando entre si colocar em perigo as eleições presidenciais de 1995, os vícios continuistas e hegemônicos do neo-ditador Alberto Fujimori.

(Plabo Biffi/Agencia ACOPI de Lima)

Denúncia

Meninas do Brasil

O eterno sonho de criança de brincar de bonecas desmoronou para muitas meninas. Não existe mais o encanto da brincadeira, substituída que foi pela vida dura nas ruas e praças, bares e boates, numa luta constante pela sobrevivência. É o que presenciemos hoje, uma verdadeira legião de crianças e adolescentes consumidas pela prostituição em todo o país, de Norte a Sul. É este o quadro que a CPI que investiga a

Brasil é recordista em prostituição infanto-juvenil na América Latina. A deputada Benedita da Silva, vice-presidenta da CPI da prostituição infantil, escreve com exclusividade para o Brasil Agora o drama das 500 mil meninas do país.

famílias a venda do próprio corpo. A prostituição se origina da fome, da miséria e da falta de oportunidades a que essas meninas estão submetidas. Elas começam vendendo

sociedade não quer enxergar e que se encontra "embaixo do tapete". É uma pena que nosso povo não tenha a mesma sensibilidade, a capacidade de indignação com questões relativas aos

direitos humanos a exploração da prostituição infanto-juvenil como demonstra com a corrupção.

Mas o silêncio nos torna cúmplice e os compromissos diários nos obriga às denúncias constantes. O que temos ouvido até agora, nos relatos em termos de relatos da CPI, tem nos chocado pela brutalidade: um garimpeiro decepcionou a cabeça de uma menina que se recusou a ter relações sexuais com ele. A cabeça da menina foi exibida como um troféu pelo assassino.

Regiões

No Amapá, a prostituição está ligada ao tráfico de drogas. As crianças são usadas também para fazer o transporte de drogas pelo rio, a nado, burlando a fiscalização.

Na região Nordeste o pornoturismo é o principal responsável pelo alto índice de prostituição infanto-juvenil, principalmente nas cidades de Recife, Natal e Fortaleza, onde existe uma verdadeira organização por trás do turismo do sexo.

Já no Rio Grande do Sul, mais que a miséria é a ignorância e ingenuidade das famílias rurais, que permitem que suas filhas sejam levadas para as grandes cidades, por quadrilhas de profissionais na ilusão de que serão empregadas em casas de famílias.

Quando meninos e meninas são vendidos como mercadorias à luz do dia pelas próprias famílias para se prostituírem, quando são utilizados como "aviões" para transportar drogas, engrossando o exército do narcotráfico, e ainda são treinados para praticarem pequenos furtos, urge que a sociedade se posicione, confrontando esta realidade e condenando-a vigorosamente, exigindo providências do Poder Público. É este o objeto primeiro de nossa CPI: desvendar o mundo perverso e cruel da prostituição infanto-juvenil, desvendando também a miséria social em que está mergulhado nosso país.



exploração e prostituição infanto-juvenil, apurou até agora, em seis meses de atividades.

Os dados revelam uma realidade perversa, que condena nossa infância: o Brasil ocupa o primeiro lugar em prostituição infanto-juvenil na América Latina e o segundo lugar no mundo, ficando atrás apenas da Tailândia. Os números oficiais indicam que existem hoje no país 500 mil meninas prostituídas com idade variando entre 7 e 16 anos, quando deveriam estar brincando e estudando. Aos 16 anos já são consideradas veteranas. Quando atingem os 20 anos são substituídas por mais jovens.

Vista grossa

Foi preciso que organizações não governamentais, com apoio da imprensa, fizessem a denúncia para que viesse à luz a questão da "menina prostituída" ou "prostituta" e também para mostrar a que estão colocadas as crianças pobres brasileiras.

A prostituição não é um problema isolado. Vários fatores contribuem para a sua prática. A exploração de crianças e adolescentes é largamente usada e a sociedade faz "vista grossa". Os dados concretos que possuímos hoje a respeito da prostituição infanto-juvenil é que a grande maioria dessas meninas são pobres, vivem nas ruas, tendo como único meio de sobrevivência como única alternativa para o sustento de suas

confeitos, frutas ou através da mendicância. O próximo passo é vender o próprio corpo. Essas meninas não vêem a prostituição como uma "profissão". A venda do corpo no conjunto de possibilidades que a rua oferece para obtenção de dinheiro, a prostituição é a forma mais rentável.

Uma questão que precisa ser sublinhada: fala-se muito das meninas prostituídas e da prostituição mas não se fala de um agente importante neste contexto, que é o cliente, o homem que explora, utiliza e se beneficia da prostituição. A prostituição só existe porque há clientes para pagar por ela. A falsa moral da sociedade - numa visão totalmente machista e preconceituosa - condena somente a prostituta e não seu cliente explorador, alguns dos quais possuem taras inimagináveis. A preferência sexual por crianças de 6, 7 anos de idade é um dado revelador de que existem taras de todos os tipos.

Perversidade

A pobreza, a miséria, a desvalorização da mulher enquanto ser humano e o abuso sexual na própria família são condições que fazem não apenas as meninas, mas as mulheres em geral, se submeterem à prostituição. As meninas são mercadorias vendidas a peso de ouro, em dólar, e crianças de 8 a 11 anos, ainda virgens, alcançam valor muito alto no mercado da prostituição infantil.

Esta é a realidade perversa que a

Benedita da Silva
Deputada Federal - PT - RJ

